

Revista Eletrônica Discente

Homos





A **Revista Homos** é uma revista científica eletrônica da área de História com periodicidade semestral. A revista não tem vínculo institucional nem fins lucrativos, tendo como principal objetivo publicar artigos e trabalhos científicos produzidos por alunos de graduação, fomentando a pesquisa acadêmica e a inserção de graduandos nos mundos da pesquisa e da divulgação científica.

COMISSÃO EDITORIAL

Bárbara Cardoso de Souza - Alma Mater: Universidade Federal de Campina Grande.

Éverton Alves Aragão - Alma Mater: Universidade Federal de Campina Grande.

Felipe Cardoso de Souza - Alma Mater: Universidade Federal de Campina Grande.

Joana D'arc do Nascimento Lira - Alma Mater: Universidade Federal de Campina Grande.

Karolliny Joally das Neves - Alma Mater: Universidade Federal de Campina Grande.

Mariana Melo Angelino - Alma Mater: Universidade Federal de Campina Grande.

CONSELHO EDITORIAL

Éverton Alves Aragão - Alma Mater: Universidade Federal de Campina Grande.

Felipe Cardoso de Souza - Alma Mater: Universidade Federal de Campina Grande.

Karolliny Joally das Neves - Alma Mater: Universidade Federal de Campina Grande.

Mariana Melo Angelino - Alma Mater: Universidade Federal de Campina Grande.

EXPEDIENTE

Diagramação: Felipe Cardoso de Souza
Projeto Gráfico: Felipe Cardoso de Souza

Capa: Felipe Cardoso de Souza
Foto de capa: Michael Kogan / Taormina
Banco: Creative Commons
Disponível em
<https://search.creativecommons.org/photos/9cf9301f-be57-4c36-b6d3-637d726c695a>
Acesso em 29 de junho 2020.

This image was marked with a CC BY-SA 2.0 license. "Taormina" by michael kogan is licensed under CC BY-SA 2.0

"Taormina" by michael kogan is licensed under CC BY-SA 2.0. To view a copy of this license, visit <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/2.0/>

Autor corporativo: Felipe Cardoso de Souza
Rua Luís Soares, 68 – Centro
CEP: 58400-016 – Campina Grande, PB
Telefone: +55 83 99108-3058
E-mail: homosrevista@gmail.com
Site: maquinadostempos.com/revista-homos

Editada em julho de 2020.
Última edição em outubro de 2020.
Publicada em outubro de 2020.

Editorial	4
----------------------------	----------

Artigos

“Paulo Freire e kit gay não tem vez”: Diálogo com a pedagogia libertadora para a humanização e superação da LGBTfobia, a partir do ambiente escolar. (Campina Grande/PB, 2020)	5
<i>Rodrigo Pires de Araújo</i>	

Cangaço, seca e messianismo em <i>Seara vermelha</i> de Jorge Amado e <i>Pedra bonita</i> de José Lins do Rego	20
<i>Raimundo Cézar Vaz Neto</i>	

A influência de Marx no cinema de Glauber Rocha	38
<i>José Almir Santos Basílio Filho</i>	

Memórias de dor e morte de um trabalhador: Resultados de uma pesquisa de Iniciação Científica sobre verticalização urbana e acidentes laborais em Campina Grande/PB (1996-2012)	53
<i>Felipe Cardoso de Souza</i>	

Entre a cruz e a guerra: Discursos religiosos para a defesa de uma guerra “justa” no periódico “A esperança” sobre a Guerra do Paraguai (1864-1870)	69
<i>Joana D’arc do Nascimento Lira</i>	

Resenhas

A Denúncia de Noam Chomsky: A engrenagem mortífera do Neoliberalismo em <i>O fim do sonho americano</i> (2015)	78
<i>Felipe Cardoso de Souza</i>	

Entrevista

A História Ambiental frente à COVID-19	81
<i>José Otávio Aguiar</i>	

Com muita satisfação lançamos o primeiro número da Homos Revista, no intuito de dar voz ao aluno de Graduação e publicidade aos trabalhos por ele desenvolvidos. A idealização desta revista nasceu a partir de uma revolta dos editores em ver a triste realidade de ausência de revistas voltadas especificamente para o público da Graduação em História; em sua grande maioria, as revistas na área de História são abertas apenas para doutores e, no máximo, mestrands, como se o aluno de Graduação fosse incapaz de produzir algo plausível de ser publicado.

Uma contradição, uma vez que a Graduação é o início de toda e qualquer carreira acadêmica, é o início de todo e qualquer Doutor. Neste sentido, esta revista abraça este segmento acadêmico, mostrando que um aluno de Graduação tem todas as ferramentas para produzir um bom trabalho e uma boa pesquisa...

O futuro, certamente, se mostrará o contrário a essa lógica. Por isso mesmo, a revista e esta edição não têm qualquer pretensão de se tornar o único canal de comunicação entre alunos de graduação em História, uma vez que há uma expansão e larga disseminação de informações, da mesma forma que existe em andamento um massivo processo de criação de projetos de divulgação científica no âmbito virtual – logo, consideramos mencionar nossa abrangência aos diálogos com as redes sociais para a viabilização de debates e exposições de ideias.

Finalizando, assim, esse breve editorial, retomamos nossa reflexão inicial. Hoje, é necessário que um aluno de Graduação possua ferramentas e espaços para a produção científica. Vivemos novos tempos, que exigem novas práticas por parte da Academia, dos historiadores e das historiadoras; novas oportunidades e novos caminhos devem se abrir.

Boa leitura a todos e a todas!

Os editores,
Junho de 2020.

“Paulo Freire e kit gay não tem vez”: Diálogo com a pedagogia libertadora para a humanização e superação da LGBTfobia, a partir do ambiente escolar. (Campina Grande/PB, 2020)

Autor: Rodrigo Pires de Araújo
Universidade Federal de Campina Grande
E-mail: rodrigopoke1@hotmail.com

Resumo

As pautas do grupo LGBT, no Brasil, chegaram a um nível sem retorno no século XXI, ainda que aquém da conquista e efetivação daquelas. Em relação à educação, foram crescentes a inclusão e o debate de questões importantes para esse grupo marginalizado, com reflexo em ações na esfera federal, apesar dos muitos entraves advindos da ala mais conservadora da sociedade, com reflexos no Legislativo. A ideologia de gênero, propagada por esta feição reacionária, prejudica a luta pela garantia de direitos fundamentais ao grupo LGBT, notadamente na educação, onde “Paulo Freire e kit gay” não teriam vez. A partir disto, busco entender como a efetivação dos debates sobre gênero e sexualidade no ambiente escolar é um importante meio para se combater as opressões constantes, de uma sociedade patriarcal, àquele grupo, a partir da obra do próprio Paulo Freire. Dar voz aos oprimidos, a partir de uma pedagogia libertadora, se faz uma necessidade histórica para a humanização destes e para a superação da opressão.

Palavras-chave: Educação. Humanização. Paulo Freire.

Agradecimentos

Sem agradecimentos.

Introdução

Muito se fala hoje, no Brasil, movido pela ala mais radical do conservadorismo, sobre a “ideologia de gênero”. Um conceito, que prega que a esquerda comunista utiliza de suas mais variadas artimanhas para que os homens e as mulheres “se convertam” à homossexualidade, destruindo tudo que eles mais prezam: a família heteronormativa cristã. Um dos caminhos para a disseminação na sociedade dessa ideologia seria, justamente, na escola, dominadas por “esquerdistas” que imporiam a abolição do gênero, contaminando as frágeis mentes das crianças. E aí entram no conjunto, por exemplo, o famoso “kit-gay” ou qualquer outra tentativa de incluir a temática sobre identidade de gênero e sexualidade nos Planos de Educação. Esse discurso não é novo no cenário brasileiro, mas pode-se observar uma intensificação da cobertura midiática sobre o tema, alavancado, sem dúvidas, pelo “escancaramento” do que de pior a direita interioriza e representa, a exemplo da crescente importância do Movimento Escola Sem Partido a partir de 2010, que passaram aliar o anticomunismo com homofobia disfarçada de ataque à moral familiar (MIGUEL, 2016, p. 595-596) e a ascensão da extrema-direita ao mais alto cargo político da nação com base na defesa da família tradicional heteronormativa cristã, em 2018.

O exemplo do “kit gay” é emblemático, um mito que ainda hoje gera muita polêmica, ainda mais depois de 2018. Em plena campanha, o à época presidenciável Jair Messias Bolsonaro, que já acumulava polêmicas entre os meios mais progressistas brasileiros, repetidas vezes propagou e acusou os governos petistas de espalhar o que ele chamou de “kit gay” nas escolas públicas, uma clara afronta à sua moralidade cristã e familiar, assim como a de muitos dos seus apoiadores. Na verdade, fazia referência a um projeto que tinha como objetivo promover o debate sobre gênero e sexualidade e, ao fim e ao cabo, reconhecer a diversidade sexual e combater o preconceito. Atacado ferozmente por congressistas conservadores (o próprio Bolsonaro entre eles) e depois de muito alvoroço na cúpula governamental da presidente Dilma Rousseff, que tinha em suas bases políticas uma gama de congressistas da Bancada da Bíblia, a presidente vetou o projeto (TREVISAN, 2018, p. 468), um duro golpe para os ativistas LGBT’s e um retrocesso no debate sobre as questões de gênero.

Ainda que tenha sido desmentido inúmeras vezes e inclusive impedido de utilizar o termo em sua campanha pelo Tribunal Superior Eleitoral, pois “gera desinformação no período eleitoral, com prejuízo ao debate político” (TSE, 2018), isso não o impediu de

continuar com a falácia (BOLSONARO..., 2018). Passada a campanha e com a vitória da extrema-direita, a farsa continuou repercutindo no seu governo e nos seus apoiadores, com um combate consolidado e bem representado na mensagem via Twitter do seu próprio Ministro da Educação, Abraham Weintraub, enquanto era apresentado uma amostra do material feita pelo Secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim, em março de 2020. Pelo Twitter, o ministro afirmou que “Paulo Freire e kit gay não tem vez no MEC do Pres. Jair Bolsonaro” (PAULO..., 2020). Esse foi apenas um dos vários golpes sofridos por aqueles que, em nome “da moral e dos bons costumes” de uma ala abertamente LGBTfóbica do poder institucional, se veem recuados quanto a possibilidade de que a escola, um espaço que propaga as ideias hegemônicas da classe dominante, se tornasse um espaço mais aberto para a reflexão e para a igualdade da sociedade. O medo de que o silenciamento sistemático desse grupo e de suas demandas, na educação, seja superado pela palavra do opressor.

Desse modo, busco entender como a escola deve se inserir nesse debate e o seu papel para a promoção de uma sociedade mais aberta e crítica à diversidade, em diálogo permanente com o próprio Paulo Freire (outra vítima do conservadorismo brasileiro) e a sua pedagogia humanista. Na primeira parte, elenco algumas propostas de educação, no âmbito federal, específicas sobre gênero e sexualidade. Na segunda parte, apresento algumas reações do conservadorismo brasileiro, notadamente por parte de sua representação no Congresso Nacional, que visa impedir o avançar de uma educação que discuta gênero e sexualidade. Na terceira parte, busco reflexões mais diretas a partir de Paulo Freire sobre uma ação para a superação do preconceito ao gênero e à sexualidade na educação, pautas do Movimento LGBT. Tendo por base um modelo que busque, ao fim e ao cabo, a libertação do ser humano por meio da educação de base crítica, compreendemos que a promoção desse debate, por meio do diálogo, seja um caminho para a humanização daqueles que diferem do padrão hegemônico heteronormativo, possibilitado pela força de uma ação e reflexão que supere o silenciamento e a opressão.

A luta LGBT na educação

Como afirma Trevisan (2018, p. 519), a pauta dos direitos de pessoas LGBT no século XXI chegou, em certa medida, de modo irreversível. As crescentes Paradas LGBT brasileiras, em que a de São Paulo já esteve entre as maiores do planeta, combinaram nesses desfiles um

momento de celebrar o orgulho de pertencer a um grupo que foge ao padrão heteronormativo ao mesmo tempo que exigiam a ampliação de suas demandas e protestavam contra um sistema que os oprimia e os executava. Um crescente número de ONGs e iniciativas individuais foram formadas com o objetivo de reivindicar os direitos básicos de qualquer cidadão e proteger àqueles vitimados pela homofobia. Nas esferas municipais e estaduais, mobilizaram-se algumas secretarias para atender demandas específicas LGBT e algumas secretarias de cultura apoiaram financeiramente ações culturais e de pesquisa voltados para a temática.

Na pauta específica da educação, e aqui entenderemos por educação escolar, um palco de disputa é formado. E esta área é uma área de extrema significância para os direitos LGBT, afinal a escola é um dos primeiros ambientes de socialização que os indivíduos participam e interagem, sendo uma parte importante para a formação da subjetividade. Além do mais, também é um ambiente em que a homofobia entra em ação, ainda que aqueles que a praticam nem sempre tenham uma noção muito clara de sua ação e consequências. A pesquisa de ABRAMOVAY, CASTRO, SILVA (2004, p. 280), realizada em 241 escolas de catorze capitais brasileiras e com alunos do ensino fundamental e médio, revelou que entre as cinco ações consideradas as mais violentas, bater em homossexuais estava em 6º lugar entre os alunos (36,1%) e em 3º lugar entre as alunas (47,8%). A mesma pesquisa indicou que aproximadamente $\frac{1}{4}$ dos estudantes não gostariam de ter colegas homossexuais. A rejeição a homossexuais no ambiente escolar é ainda maior entre os pais (entre 22,2% e 47,5%), e entre 1,9% e 6,5% entre o corpo técnico-pedagógico. Em todos os casos, os indicadores eram maiores entre o público masculino do que o feminino. Trevisan (2018, p. 485) cita que na Pesquisa Nacional sobre Estudantes LGBT e o Ambiente Escolar, em 2015, realizada entre os alunos declarados LGBT, com idade média de 17 anos, a maioria tinha narrativas de propensão ao suicídio.

Certos debates e iniciativas suscitados na esfera federal sobre a questão de gênero e sexualidade nas escolas, especialmente durante os governos do PT (2003-2016), foram importantes, ainda que alguns deles não tenham saído do papel, um encaminhamento prático ou todos a abrangência necessárias. Daniliauskas (2011) recupera ações que abriram espaço para esse campo de discussão ainda nos governos de Fernando Henrique (1994-2002), entendendo que:

Quando um governo assume, ele não recomeça do zero simplesmente. Há uma série de agências, instituições, gestores/as, técnicos/as que perpassam governos, fazem parte do que está sendo chamado aqui de Estado, há acordos e programas assumidos no nível nacional e internacional, planos orçamentários de longo-prazo, assim como políticas em execução de gestões anteriores. (DANILIAUSKAS, 2011, p. 39)

Nesse governo, foram estabelecidos os programas: Programa Nacional DST/AIDS, o Programa Nacional em Direitos Humanos (PNDH), o Programa Curricular Nacional de 1997 e a participação na Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e outras formas de intolerância correlatas. De forma geral, todos eles foram significativamente importantes, pois incluiu explicitamente pessoas fora da heteronormatividade como detentoras de direitos civis, como saúde e trabalho, e a inclusão da pauta dos direitos LGBT na questão dos Direitos Humanos, citando as várias identidades da sigla: “Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais”, no PNDH II, de 2002 (DANISLAUKAS, 2011, p. 39-40).

Um destaque deve ser feito para o Parâmetro Curricular Nacional de 1997, possuindo um volume específico sobre orientação sexual, mas que, como coloca Danislaukas (2011, p. 58), o foco é na heterossexualidade, em que a homossexualidade, transexualidade e bissexualidade ainda foram incluídas como questões polêmicas, ligadas a “temas que refletem as preocupações e ansiedades dos jovens, dizem respeito ao que eles veem, leem [sic] e ouvem, despertando curiosidade, ou ainda temas que as novelas de TV colocam na ordem do dia.” (BRASIL, 1998, p. 315 *apud* DANISLAUKAS, 2011, p. 60). Além do mais, o programa ainda considera a primazia da família para a discussão sobre o tema, tendo a escola uma função secundária, ainda que devam ser postas para a possibilidade de discussão dentro de uma perspectiva democrática e pluralista, sem contar de não oferecer meios concretos para se trabalhar de forma ampla a sexualidade fora da heteronormativa (DANISLAUKAS, 2011, p. 63).

Nos Governos Lula (2003-2011), os destaques dos avanços sobre a pauta LGBT se deram por meio da criação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, em 2003, posteriormente passando a ter status de ministério sob o nome de Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em 2010, com maior peso orçamentário e político, reflexo, segundo Danislaukas (2011, p. 72), de demandas de movimentos sociais ligados ao PT, com um compromisso de avançar no combate à desigualdade por meio da promoção do diálogo. Também não se pode esquecer da criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), ligado ao Ministério da Educação, principal responsável pelas diretrizes do programa Brasil Sem Homofobia na educação, além da promoção de

conferências a partir de diversos níveis do Estado para a elaboração ou revisão de planos no nível nacional, com destaque para a I Conferência Nacional LGBT e a Conferência Nacional de Educação Básica, ambos de 2008, e a Conferência Nacional de Educação, de 2010, esta com intensa participação de ativistas e educadores LGBT (DANISLAUKAS, 2011, p. 107; MELLO ET AL., 2012, p. 110). Além disso, cursos de capacitação para professores, em parceria com estados e municípios, como o Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) e Gênero e Diversidade nas Escolas (GDE), foram destacados em pesquisa por Mello et al. (2012, p. 105).

Sobre o Programa Brasil Sem Homofobia (BHS), ou pelo menos uma de suas vertentes, justamente a da educação, foram as mais atacadas sob o pejorativo “kit gay”, como já comentado. O programa foi lançado em 2004, com intensa demanda e participação dos grupos ativistas LGBT e universidades junto ao Governo para a sua elaboração. Havia em seu programa um item específico para essa área, contido na área Programa de Ações, que previa, entre outras medidas: o fomento e a educação continuada sobre sexualidade aos professores, revisão de livros didáticos e produção de materiais educativos e divulgar e incentivar pesquisas para o combate à violência e à discriminação LGBT. Ainda assim, a questão da superação da homofobia pela educação foi colocada de forma muito genérica (DANISLAUKAS, 2011, p. 101).

A partir da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), de 2003, em diálogo com o Movimento LGBT e com o BHS, algumas das ações voltadas para a educação previstas neste programa foram implementadas. Sobre algumas das implementações efetivas do Governo, principalmente a partir da SECAD, a pesquisa de Mello et al. (2012), ainda que preliminar, é reveladora. Na questão de capacitação de professores, em parceria com estados e municípios, foram implementadas o Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) e Gênero e Diversidade nas Escolas (GDE), mostrando sua importância, mas que também destacaram suas limitações de efetividade e abrangência. Também o volume dos Cadernos SECAD, Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos (2007), aparece com relevância, buscando a promoção do debate no ambiente escolar, assim como a promoção de publicações de livros que tratem sobre a homofobia e diversidade escolar, além de editais para universidades dispostas a implementar cursos em seus estados (MELLO ET AL., 2012, p. 105). Inclusive foi a partir do SECAD que os kits anti-homofobia (os famosos “kits gays”) para as escolas foram produzidos, mas barrados antes mesmo de serem oficialmente lançados, a partir do jogo de interesses políticos entre o Executivo e a Bancada Evangélica, em 2011 (TREVISAN, 2018, p. 467).

O Movimento LGBT ia, assim, colocando suas demandas em pauta e articulados com mais seriedade pelo Governo, entendendo que, como tinha se tornado quase um lema no começo do governo Lula, “não queremos mais cartilhas, queremos políticas públicas”. Já tinham conseguido serem reconhecidos como pessoas de direitos que iam além da questão de saúde (notadamente a relacionada com o HIV), tanto no plano nacional como no internacional, e agora negociavam com um governo que assumiu o compromisso desde o começo com essas pautas específicas, com medidas efetivas. Ainda que a passos lentos, com tensões e pressões, ações mais efetivas eram exigidas para a garantia da cidadania plena.

A reação conservadora no espaço de poder

Infelizmente, em contrapartida, a cada passo dado pelo Movimento LGBT para a garantia dos seus direitos para equiparação àqueles secularmente garantidos a parcela heterossexual (principalmente se branca e masculina), há uma contrapartida advinda de uma sociedade marcada pelo patriarcalismo que marca a sociedade brasileira. Um patriarcado que solidifica e enrijece padrões de ser e estar no mundo e que define um binarismo homem-mulher nas relações sociais, escondendo para debaixo do tapete, ou pelo menos tentando, qualquer relação que fuja dessa norma. Cobertos pelo manto da religião e munidos com o distorcido discurso de “liberdade de expressão”, uma parcela não muito pequena da sociedade trata com desprezo ou indiferença para a parcela da população que transgride o “normal”, e mais desprezo recebe quem mais o transgride.

Consolidados firmemente nos espaços de poder, os mais tenazes defensores de uma “moral cristã” e do patriarcado, uma direita se representa com força nas instâncias mais superiores do Governo, inclusive utilizando o discurso de ódio para se perpetuarem. Nada mais representativo do que a Bancada da Bíblia do Congresso brasileiro, que junto com a do Boi e a da Bala, detém um expressivo poder político e representam as forças mais reacionárias da sociedade. Como coloca Trevisan (2018):

O movimento conservador integrado por políticos das velhas elites, grandes monopólios e novas oligarquias, dentro de partidos tradicionalmente reacionários ou em novas agremiações oportunistas, recebeu impulso decisivo da bancada evangélica fundamentalista, liderada por pastores e bispos licenciados (TREVISAN, 2018, p. 440)

Além dos kits anti-homofobia, barrados em 2011 por um jogo político entre a ala conservadora e a presidente Dilma Rousseff, o Plano Nacional de Educação, em 2014, com

diretrizes e metas para a educação em um período de 10 anos e que inspira planos estaduais municipais, também passou por uma série de alterações ao chegar ao Congresso. A mais impactante delas para o Movimento LGBT foi a retirada do termo de promoção da “igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, para “cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”, com reflexos nos demais níveis da federação (BORGES E BORGES, 2018, p. 3). Da mesma forma, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2017, teve os termos “orientação sexual” e “identidade de gênero” omitidos pelo Congresso, com grande pressão da bancada fundamentalista (ASSOCIAÇÃO..., 2017, p.1).

Miguel (2016, p. 604) revela que havia a época, sete projetos de lei que tinham miravam na “doutrinação” ou “ideologia de gênero”. De forma geral, buscaram impedir que haja a discussão sobre gênero e sexualidade em aliança com qualquer discussão com caráter político, considerando que é quase um dever divino da família, em primazia sobre o Estado, de versar sobre estas questões, sendo do contrário uma agressão, assim como a integração do Projeto Escola Sem Partido nos planos nacionais de educação. Atualmente, uma rápida busca na PL 7180/2014, de autoria de Erivelton Santana (PSC/BA), que apensou seis dos projetos citados, percebe-se que foram acrescentados mais projetos parecidos, como é o caso dos PL 10577/2018 (Cabo Daciolo - PATRI/RJ), PL 10659/2018 (Delegado Waldir - PSL/GO), PL 8933/2017 (Pastor Eurico - PHS/PE) e o PL 3674/2019 (Helio Lopes - PSL/RJ), todos versando sobre a proibição da ideologia de gênero dentro das escolas. A PL 10659/2018 também visa proibir qualquer tipo de doutrinação e a PL 3674/2019 visa impedir, inclusive, qualquer apologia a ideologias em órgãos públicos.

Mas uma análise breve sobre os projetos e sobre quem os propôs explicita seus objetivos de impedir, em última instância, o debate sobre gênero e sexualidade, quase como se não falar sobre automaticamente os fizesse desaparecer da sociedade. Em contrapartida, encontra-se apensado aos mesmo projetos o PL 3741/2019 (Fernanda Melchionna - PSOL/RS; David Miranda - PSOL/RJ; Sâmia Bomfim - PSOL/SP), que prevê a criação do programa Escola sem Discriminação, justamente para, em sentido oposto aos anteriormente citados, preparar a comunidade escolar no combate à violência contra o público LGBTQIA+. Mas as perspectivas, se analisarmos o histórico do Congresso quando se envolve LGBT e educação escolar, não é das mais promissoras.

É interessante a própria história do Escola Sem Partido. Como Miguel (2016) coloca:

No momento em que a “ideologia de gênero” se sobrepõe à “doutrinação marxista”, o discurso do MESP dá outra guinada. A defesa de uma educação “neutra”, que era predominante até então, cede espaço à noção da primazia da família sobre a escola. A reivindicação é impedir que professoras e professores transmitam, em sala de aula, qualquer conteúdo que seja contrário aos valores prezados pelos pais. (MIGUEL, 2016, p. 601)

Absorvida pela representação parlamentar, o Escola Sem Partido adentrou nos discursos e temáticas parlamentares, com uma camada de neutralidade e “defesa da família”. Dessa forma, em seus ataques constantes à educação que envolva a temática da sexualidade, o conservadorismo atende, a meu ver, a uma dupla função: a primeira, a reprodução quase fidedigna de uma ideologia patriarcal e que mantém a heterossexualidade como o padrão aceitável, blindando-as contra uma reflexão profunda de uma nova geração aos valores que perpassam àquilo que os cerca, como se uma discussão séria pudesse rapidamente destruir tudo o que se entende por família nas jovens mentes; ao mesmo tempo rebaixa aqueles que historicamente foram excluídos, desumanizados, vistos ainda como uma anomia social e que assim devem ser tratados, que nem mesmo mereçam ser nomeados ou discutidos.

Como Paulo Freire pode nos guiar?

O projeto conservador almeja manter e aprimorar uma concepção estática de escola, vinculados com uma perspectiva neoliberal que pelo menos desde a década de 90 molda a educação brasileira, vendo essa instituição como um espaço de formação técnica e, no limiar, como uma reprodução dos valores hegemônicos da classe dominante. A pedagogia freireana, assim como a de muitos outros pedagogos de perspectiva crítica, enxerga a educação e, por consequência, o ambiente escolar, de forma diferente. Aliado à sua íntima aproximação com o marxismo e com uma perspectiva revolucionária em seus escritos, talvez por isso seja tratado como o inimigo número 1 da extrema-direita brasileira na área educacional, ao lado da tal ideologia de gênero, como assinalado pelo ex-ministro da educação Abraham Weintraub. Não se estranha, visto que em vida sofreu perseguições de opositores, notadamente no contexto da Ditadura Militar que estava em vigência no Brasil, o período dourado da extrema-direita, tendo escrito o livro *Pedagogia do Oprimido*, uma de suas obras mais famosas, entre 1964 e 1968, exilado no Chile.

Freire não chegou a escrever diretamente sobre o papel da educação na superação de preconceitos relacionados a gênero e sexualidade, mas suas reflexões sobre a educação e seu

papel na libertação da opressão, uma perspectiva humanista e revolucionária, deixam marcas que inspiram educadores até os dias de hoje. A busca por uma educação com igualdade de condições e respeito à diversidade humana, seja por classe, raça, ou a especificidade que buscamos, gênero e sexualidade, luta histórica e pulsante de tantos movimentos sociais, vibra nas páginas da pedagogia libertadora de Freire.

Já nas primeiras páginas do *Pedagogia do Oprimido*, Freire (2019) afirma que

Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão. Mas, se ambas são possibilidades, só a primeira nos parece ser o que chamamos de vocação dos homens. Vocação negada, mas também afirmada na própria negação [...] a desumanização, que não se verifica apenas nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do *ser mais*. (FREIRE, 2019, p. 40)

Enxergando a divisão da sociedade entre opressores e oprimidos, uma marca de suas reflexões com o pensamento de Hegel e da tradição marxista, além de sua própria experiência como educador, ele acreditava que as diversas formas de opressão, que se evidenciam na análise concreta da realidade e fruto de uma dinâmica histórica particular, acarretavam a desumanização. Pelo contrário, a humanização do ser por uma práxis, uma ação e reflexão, em vistas de superar as violências e desigualdades, e que parte originalmente dos próprios oprimidos para alcançar também aqueles que oprimem, este sim é o destino da humanidade.

Essa é uma questão muito cara ao Movimento LGBT, que vive historicamente uma situação de violência desumanizadora dos mais diversos aspectos. Partindo de uma sociedade em que hegemonicamente nega ou dificulta direitos básicos às pessoas LGBT's, a situações em que são mortos por serem e agirem de uma forma diferente da ditada pelo padrão heterossexual masculino branco, a cada momento se reitera a desumanização desse grupo marginalizado, e que é mais marginalizado quanto mais se distancie do padrão opressor. As lutas do grupo LGBT começaram, é bom lembrar, pelo próprio direito de existir, por visibilidade dentro de uma sociedade que os escanteava da cena social, o mais básico dos direitos humanos. Nota-se uma progressiva proibição da palavra desse grupo marginalizado, palavra de práxis, ação e pensamento, que humaniza e transforma a realidade, pois como Freire afirma, "existir, humanamente, é *pronunciar* o mundo, é modifica-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos *pronunciantes*, a exigir deles novo *pronunciar*" (FREIRE, 2019, p. 108).

A busca pela invisibilização dos oprimidos ou a tentativa de relegá-los a um plano inferior pelos opressores, como se em essência não fossem aqueles tão humanos quanto estes, ainda que em sua diversidade, é a marca de uma sociedade sectarizada. A palavra é central nas obras de Freire, e não apenas por ser mundialmente reconhecido por seu modelo de alfabetização revolucionário, em todos os sentidos embutidos nessa característica. A palavra, no entendimento de Freire (1981), vai além de um sentido comum, algo simplesmente escrito, mas é a própria situação de se estar no mundo e se posicionar perante ele.

Dizer a palavra, em um sentido verdadeiro, é o direito de expressar-se e expressar o mundo, de criar e recriar, de decidir, de optar. Como tal, não é o privilégio de uns poucos com que silenciam as maiorias. É exatamente por isto que, numa sociedade de classes, seja fundamental à classe dominante estimular o que vimos chamando de cultura do silêncio, em que as classes dominadas se acham semimudas ou mudas, proibidas de expressar-se autenticamente, proibidas de ser (FREIRE, 1981, p. 40-41)

Ao suprimirem termos nos planos de educação, passando por cima de um intenso debate que envolveu amplos setores sociais (como os casos dos planos nacionais das últimas décadas) ou tentarem impedir o diálogo sobre gênero e sexualidade no ambiente escolar, sobre a desculpa de uma escola apartidária baseada, esta sim, em uma verdadeira ideologia, o que se faz é silenciar as vozes que estão dentro desse espaço, anestesiando a dissonância e buscando hegemonizar o que não é hegemônico. Deixar essas pautas de fora do âmbito educacional, quase no slogan conservador de que “a escola alfabetiza e a família educa”, é distorcer cruelmente a real influência dessa instituição. A escola, espaço importante para a formação da subjetividade humana, deve assumir o papel de orientador na vivência com um mundo plural dos educandos (MELLO et. al., 2012, p. 104), algo que não é possível sem que assuma verdadeiramente o diálogo como chave para a superação da rejeição do Outro, sem que uma pedagogia seja “forjada *com* ele e não *para* ele [...] que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos [...], em que a pedagogia se fará e refará” (FREIRE, 2019, p. 43) [grifos do autor]. Se silenciar do debate sobre gênero e sexualidade, ainda mais no âmbito escolar, é se omitir da questão e legitimar a violência, em suas mais variadas formas, que passam tantos daqueles que não se sentem ou que não se reconhecem nos moldes que a ele foram impostos pela sociedade heteronormativa, uma violência que por vezes os afasta, se tornando um ambiente hostil a sua vivência.

Mais do que simplesmente afirmar o crime que desumaniza as minorias do grupo LGBT, as políticas públicas, principalmente na área da educação, devem levar a reflexão e a problematização da perpetuação de atos opressores, tanto físicos quanto mentais. Afinal, uma

verdadeira pedagogia libertadora e humanizadora, que tenha como chave o diálogo, não se pode permitir usar de artifícios impositivos, “sloganizados”, como denunciado pelo educador na pedagogia tradicional, bancária. Na dialeticidade entre ação e reflexão, ação e mundo, não devem agir em separado, um sem o outro, sem o qual não é possível o reconhecimento e superação da situação opressora, pois “[...] a ação só é humana quando, mais que um puro fazer, é quefazer, isto é, quando também não se dicotomiza da reflexão” (FREIRE, 2019, p. 55).

Considerando os oprimidos como “seres duplos”, como coloca o educador, que interioriza em si o pensamento e a ação do opressor, em conflito com sua própria condição do oprimido, levar a reflexão sobre a ação opressora é fundamental. Pensar sobre e combater a LGBTfobia passa, além de um questionamento de ações LGBTfóbicas, também sobre a mentalidade e a situação estrutural que leva a tais comportamentos se perpetuarem. Construir, educandos e educador, uma criticidade sobre seus próprios atos e pensamentos, afinal, ninguém nasce odiando o outro, ele é ensinado a ser assim de diversas fontes, e negar a possibilidade de transformação daquele que age como opressor em alguém que se alie à causa do oprimido (nesse caso, as pautas LGBT’s), é entrar em um fatalismo incabível em uma pedagogia revolucionária.

Os próprios educadores, que assumam a meta de superação das opressões por uma pedagogia libertadora, devem ser levados a refletirem sobre sua própria ação-reflexão no mundo, afinal, o educador também não se furta como um ser etéreo na divisão opressor-oprimido. Como afirma Freire (2019, p. 86-87), “no momento em que o educador ‘bancário’ vivesse a superação da contradição já não seria bancário [...] Saber com os educandos, enquanto estes soubessem com eles, seria sua tarefa. Já não estaria a serviço da desumanização [...] mas da libertação”. Uma outra tarefa difícil e que necessariamente deve ser encabeçada pelas políticas públicas para pautas de gênero e sexualidade, que como identifica Mello et al. (2012, p. 104), os profissionais não parecem “preparados” para o enfrentamento de atos de discriminação. Não apenas em políticas de formação continuada, mas também na sua formação inicial, partindo dos cursos universitários. E mesmo para aqueles que já se comprometam com a humanização pela educação dialógica, Freire (2019) indica que não se deve esperar um momento revolucionário para o combate à opressão:

Já temos afirmado que a educação reflete a estrutura do poder, daí a dificuldade que tem um educador dialógico de atuar coerentemente numa estrutura que nega o diálogo. Algo fundamental, porém, pode ser feito. *Dialogar sobre a negação do próprio diálogo*. (FREIRE, 2019, p. 86, nota 40) [grifo meu]

Buscar questionar sobre as próprias estruturas que impedem que a educação, em sua estrutura formal, também abarque as questões de gênero e sexualidade, a exemplo das já evidenciadas anteriormente e que partem das estruturas mais altas do poder político brasileiro, sutilmente rompe o silêncio sobre aqueles que precisam se reconhecer e serem reconhecidos.

Não menos importante, a busca pelo Movimento LGBT pela sua voz, sua palavra, como seres historicamente oprimidos, deve irremediavelmente passar pela superação da própria estrutura que os condiciona e os transforma em oprimidos. A feição dominadora, patriarcal e LGBTfóbicas das instituições sócias obriga que as questionem, as tomem e as alterem, em vistas para que a substituam pela lógica da humanização. A práxis, ação-reflexão, que se pretenda superar a opressão aos grupos LGBT, assim como a toda forma de opressão, não se deve e não pode terminar no seio da escola, pois, como já apresentado, há uma rede de opressão que se estende até os mais altos graus da política. Uma que reage ainda mais cada vez que as tensões de tantos outros âmbitos estremecem e combatem as aranhas que mantêm firmemente amarradas as teias que mantêm a divisão opressores-oprimidos.

Considerações finais

A história do Movimento LGBT, mostra que já se apresenta em um ponto sem retorno. Mesmo em uma sociedade de estruturas patriarcalista e heteronormativa, os direitos adquiridos com muita luta são uma realidade, ainda que não totalmente consolidados na mentalidade de todos. Tais direitos reiteram a histórica luta de serem e existirem como pessoas que fogem à estática e dominadora sociedade; para além das diferenças, humanos. Mas acompanhando a progressão de direitos, a constante desumanização sofrida ao não se aplicarem ou forçados a se silenciarem em determinados espaços na sociedade ainda é uma triste realidade.

Notadamente no espaço escolar, um território em disputa, que pelos ditames da ordem estabelecida, esta essencialmente opressora, se furta ao debater gênero e sexualidade, a desumanização se realiza. Desumanização, seguindo o pensamento freireano, realizado ao não se permitir que um debate de tamanha importância, especialmente para aqueles do grupo LGBT, se realize, que a voz surgida de dentro desse mesmo grupo não se possa pronunciar. Omissão ou proibição, muitos com base em discursos conservadores ideológicos, o fim de

perpetuarem a violência de *ser menos*, em sua oposição de vocação a *ser mais* e pleno dos direitos, é o mesmo.

Debater gênero e sexualidade nas escolas não é um mero capricho, é uma necessidade histórica. Como parte importante para a formação do subjetivo humano, esta instituição, permeada por uma lógica conservadora e neoliberal, deve ser “tomada de assalto” por uma pedagogia humanista e libertadora, que verdadeiramente tenha como meta a formação de seres críticos e conscientes de ser e estar em uma sociedade diversa e estruturalmente desigual. Do corpo técnico-pedagógico aos próprios educandos, é uma necessidade política que permitam o debate consciente, uma reflexão crítica de um tema que, a despeito o conservadorismo latente, não é se mais possível esconder para “debaixo do tapete”. Um processo lento, sem dúvidas, mas um passo importante que deve ser levado em consideração, se se pretende verdadeiramente interromper o contínuo que silencia e desumaniza.

Assim como reflexão, a pedagogia humanista, seguindo a linha marxista tão viva e pulsante nas obras do famoso educador, nos mostra que uma ação revolucionária também deve ser feita para a superação da desigualdade. Uma práxis, ação e reflexão, uma corroborando a outra em vistas de superar o anti-humanismo vigente. Apenas com uma pedagogia que se preocupe verdadeiramente com a superação da estrutura opressores-oprimidos, aqui destacando a temática de gênero e sexualidade, ainda que nem sempre com uma correlação de forças favorável, a educação assume o seu papel de transformar as pessoas, para que assim transformem o mundo.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Mirian; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da. Ressignificando sexualidade, por violências, Preconceitos e discriminações. In: **Juventude e Sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004, p. 277-304.
- ASSOCIAÇÃO Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Nota da ABGLT sobre a retirada dos termos “orientação sexual” e identidade de gênero” da proposta da BNCC – Base Nacional Comum Curricular**. 10 de abril de 2017. Disponível em: < https://42591db2-5171-4bc2-9173-225378cc4c25.filesusr.com/ugd/dcb2da_4b6cao788400484aa65ce78oba351d45.pdf>. Acesso em 16 julho 2020.
- BORGES, Rafaela Oliveira; BORGES, Zulmira Newlands. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 23, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v23/1809-449X-rbedu-23-e230039.pdf>>. Acesso em: 13 junho 2020.

BOLSONARO ignora TSE e volta a citar kit gay em propaganda. **Catraca Livre**, 25 out. 2018. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/cidadania/bolsonaro-ignora-tse-e-volta-a-citar-kit-gay-em-propaganda/>>. Acesso em: 11 julho 2020.

CANABARRO, Ronaldo. História e direitos sexuais no Brasil: o Movimento LGBT e a discussão sobre a cidadania. In: **II Congresso Internacional de História Regional**, 2013, Passo Fundo. Anais eletrônicos. Disponível em: <<https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/historiaedireitoscanabarro.pdf>>. Acesso em 10 julho 2020.

DANILIAUSKAS, Marcelo. **Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação**: uma análise do programa Brasil sem homofobia. Dissertação de Mestrado apresentado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-06072011-095913/pt-br.php>>. Acesso em: 10 julho 2020.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 71º ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019

MELLO, Luiz et. al. Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil. In: **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 6, n. 07, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2238/1672>>. Acesso em: 15 julho 2020

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. In: **Revista Direito e Práxis**, vol. 7, núm. 15, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3509/350947688019.pdf>>. Acesso em: 10 julho. 2020.

PAULO Freire e kit gay não têm vez, diz Weintraub ao apresentar material didático. **IstoÉ**, 5 mar. 2020. Disponível em: <<https://istoe.com.br/paulo-freire-e-kit-gay-nao-tem-vez-diz-weintraub-ao-apresentar-material-didatico/>>. Acesso em: 11 julho 2020.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da Colônia à atualidade. 4º ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TSE diz que ‘kit gay’ não existiu e proíbe Bolsonaro de disseminar notícia falsa. **Congresso em Foco**, 16 out. 2018. Disponível em <<https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/tse-diz-que-kit-gay-nao-existiu-e-proibe-bolsonaro-de-disseminar-noticia-falsa/>>. Acesso em: 11 julho 2020.

Cangaço, seca e messianismo em *Seara vermelha* de Jorge Amado e *Pedra bonita* de José Lins do Rego

Autor: Raimundo César Vaz Neto
Universidade Federal de Campina Grande
E-mail: rcvazneto@hotmail.com

Resumo

Este artigo pretende abordar o messianismo, a seca e o cangaço em duas obras da literatura brasileira, que são: *Seara Vermelha* (1946) do baiano Jorge Amado (1912-2001) e *Pedra Bonita* (1938) do paraibano José Lins do Rego (1901-1957). Abordaremos os traços regionalistas a partir de Freyre (1989); Araújo (2008); Candido (2006); Chiappini (1995); Coutinho (2007); Farias (2006); Santini (2009) e Teixeira (2009). Tendo seu primeiro momento no Romantismo brasileiro, personificando o índio como representante da Literatura regional na época, este segmento literário, atravessou os séculos, solidificou-se nos anos 30 do século XX e, ainda hoje, suscita discussões e estudos representando os dilemas sociais, trabalhistas, no regionalismo na Literatura. Como resultado da pesquisa traçamos um paralelo entre as obras PB e SV no sentido de identificar, em ambas, a violência sanguinária que a justiça representava em ambos, em ataques mútuos, onde tantos cangaceiros matavam tenentes, como o revide também era representado, quando policiais matavam inocentes. Em SV a família parte em busca de emprego melhor em São Paulo, onde muitos morrem na estrada, por conta da viagem de fome e seca, sonhando com São Paulo. Em PB nenhum deles morre.

Palavras-chave: Obra literária. Regionalismo. Terra. Sertanejos.

Agradecimentos

Sem agradecimentos.

Introdução

Em *Pedra Bonita* de José Lins do Rego, o autor aborda um recorte da história trágica de um Pernambuco, no ano de 1838, onde ocorreu diversas mortes cujo intuito seria lavar as duas torres da catedral com o sangue derramado, no reinado de D. Sebastião, cujo reino era encantado pela existência das duas pedras. Tendo como ponto de partida a este fato histórico, o autor traça uma correlação na história da narrativa abrangendo o contexto sócio-político com o religioso da região nordeste, estabelecendo o princípio do sertanejo cujo temor a Deus e observância dos dogmas religiosos é ponto principal da vida do nordestino e, em específico na obra de *PB*, sempre é acompanhado pela figura do padre Amâncio, que é a representação fiel da religião. Dessa forma a religiosidade aparece como marca principal do sertanejo interiorano.

Com atenção ao contexto histórico, a obra *PB*, José Lins do Rego faz um paralelo da religiosidade e do fanatismo religioso, ao explicitar na obra a história de D. Sebastião dita por João Antônio, que em 1836 estava encantado nas duas pedras, e para libertá-lo João Ferreira, o seu cunhado teria que realizar o grande milagre pois fora destinado a essa missão. A crítica aberta ao fanatismo religioso se torna presente em *PB*, quando, por exemplo, o santo derrama o sangue de crianças, degola mães arrependidas e usa as virgens com o intuito de realizar o milagre com sangue pecador. Essa característica de retratar aquelas pessoas cujo pensamento sem evolução detinha uma carga de misticismo confunde, onde muitos apenas interpretam o aspecto lúgubre, e não fanático, como era na verdade Ferreira, que como maníaco sexual, exigia que as virgens passassem a noite consigo antes do casamento.

O romancista Jorge Amado adquire em sua obra uma similaridade com Prestes, no momento que faz uma leitura da realidade brasileira. Essa proximidade ao Partido, no entanto, sofre uma ruptura ao criticar a postura Prestes nos eventos de 1935 e o voluntarismo político através da personagem Juvêncio que era chamado de *Nenén*, construído como herói positivo, o ideal do militante revolucionário. Amado identificava a problemática na vanguarda do movimento, embora ainda resguardasse o partido, que simbolizava a possibilidade utópica, “distinguia perfeitamente o Partido dos homens que o compunham” (AMADO, 1976, p. 269).

O referido autor aborda o sertão e o sertanejo com cores e alegorias com o intuito de efetivar uma denúncia quanto a exploração, as misérias e injustiças da realidade de um Brasil, mais especificamente o sertão do Nordeste. Contudo, ao fazê-lo, reelabora um repertório do

já-dito-sertão. Nos anos de 1920 há o surgimento do recorte espacial Nordeste, real imaginário, resultado de uma ruptura na maneira de ver, pensar e dizer o Brasil que vem do século XIX, baseada na dualidade Norte e Sul (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 52). Quando Jorge Amado desenvolve a questão da religiosidade, o faz dando uma visibilidade para a região nordeste onde foram idealizadas imagens que ganhariam foros de realidade na fixação de uma paisagem nordestina (ALBUQUERQUE, 2008, p. 206).

Neste sentido, podemos relacionar duas expressões como principais, apesar de não serem as únicas. Um Nordeste agrário, canavieiro e pouco afastado da costa, se estendendo do Recôncavo ao Maranhão e tendo como centro Pernambuco (FREYRE, 1989, p. 42), paisagem de árvores gordas e sombrosas, de bois vagarosos e gente *Sancho Pança*, da terra molhada e pegajosa, da qual ele se ocupa. Segundo Freyre (1989) Nordeste-sertão das “Paisagens duras doendo nos olhos. Os mandacarus. Os bois e os cavalos angulosos. De sombras leves como umas almas do outro mundo com medo do sol. [...] de figuras de homens e de bichos alongados quase em figura de El Greco” (FREYRE, 1989, p. 41).

Neste sentido, uma paisagem é ambientada em torno do sol e do seco, de árvores torturadas e retorcidas. Geografia em que, acrescida de imagens e enunciados de uma estética revolucionária, veio a se constituir no estereótipo, na imagem-clichê de uma região (ALBUQUERQUE Jr., 2008, p. 212), encenando-se um ambiente sob o signo do agreste e do inóspito, lugar do seco, do espinho, do veneno, dos animais primitivos e rastejantes; do flagelo e do flagelado; de vidas secas e gordos latifúndios. Imagens que se configuraram como paisagem sertaneja. Paisagem que se tornará cristalizada e fixada como regra de ver e dizer esta região sob a pena de não legitimidade, do não reconhecimento (ALBUQUERQUE Jr., 2008, p. 210). Paisagem sertaneja repetida em *Seara Vermelha*, reelaboradas de acordo aos interesses político-partidários de Jorge Amado, ou seja, denunciar o latifúndio e fomentar mudança social, cujo horizonte vislumbrado é a construção do socialismo.

Nesta obra, o sertão é apresentado como um espaço de total escassez, cuja concentração de terra e a exploração do trabalho dos alugados é realizada pelos coronéis. Os pobres camponeses enfrentavam além da dura seca depreendida do deserto da caatinga, com cobras, vegetação espinhenta, a grande sede e fome recorrente, além de doenças ocasionais e até, por fim, a lida com a morte. “Só os imigrantes são os mesmos os nomes podem mudar, mas são idênticos rostos, a mesma fome, o mesmo fatalismo, a mesma decisão no caminhar”

(AMADO, 1986, p. 57). Os retirantes seriam idênticos e imutáveis, assim como a “paisagem desolada” por onde passam, também ela permanente.

Ser regional (Chiappini, 1995, p. 155) na abordagem primeira das dez teses, é ser definida como: “Qualquer livro que, intencionalmente ou não, traduza peculiaridades locais”, mais adiante, ela afirma sobre o preconceito que se tem sobre esta literatura, que a mesma fica à margem da “grande literatura”, agregada e misturada, “a etnologia e o folclore” (Chiappini, 1995, p. 156). A grande literatura, quando não ajuda, sem impõe julgando, como bem entende, os aspectos regionalistas da mesma literatura. Falando do atraso cultural (Candido, 2006, p. 182) e das influências dos vários tipos nas literaturas americanas, diz: “As nossas literaturas latino-americanas, como também as da América do Norte, são basicamente galhos das metropolitanas”. Embora esta menção possa suscitar protestos, ele pontua, que deixando nosso orgulho nacional, veremos que “ainda são em partes reflexas”. Lembrando da influência francesa em outras literaturas, nos países de fala espanhola e portuguesa, a partir do século XIX, “como se apontou, esse silêncio por parte dos estudos acerca do regionalismo literário brasileiro cria um abismo entre a sistematização dessa produção e a maneira como ela se constitui ao longo do século XX”. Desta forma, citando vários autores e pesquisadores do regionalismo literário ao longo do seu texto, a autora pontua que esta sistematização sempre teve alguns “hiatos e ambiguidades” (Santini, 2011, págs. 81 e 84).

No caminho de uma avaliação preconceituosa, esta literatura, surgiu desde o Romantismo, atrelada a figura do índio, como herói romântico e nacional. No século XX, com o Modernismo, as questões de terra, as lutas sociais, o cangaço, e o messianismo (algumas vezes), tomaram as páginas dos escritores modernistas, nas décadas de 1930 a 1950. Estes focos representados pelo literário nacional, são noções de “localismo, pitoresco e bairrismo” (Araújo, 2008, p. 119). Segundo o mesmo autor (2008, p. 123), esta valorização dos aspectos regionais foi “um meio da literatura compensar o atraso material e a debilidade das instituições, na fase em que a ideia de pátria se vinculava estreitamente à da natureza”. É a natureza e sua localidade, que vai dizer dos movimentos de ida, vinda, resistência e morte, das personagens exploradas nas relações sociais.

Falando de Jorge Icaza e Jorge Amado (Candido, 2006, p. 193) diz que: “O que nos resta do pitoresco e melodramático é dissolvido pelo desmascaramento social”. Desmascaramento este, ao menos em Amado é pontuado pela perseguição religiosa em *Tenda dos Milagres* e *Jubiabá*; a vida dos meninos de rua, abandonados pelo Estado em *Pastores da Noite*; a

exploração do trabalho no campo, em *Seara Vermelha*, *Cacau* e *Terras Do Sem Fim*. Este desmascaramento social e religioso, está representado pela vida das personagens. Paralelamente, Jorge Amado escreve *Seara Vermelha*, oriundo também da tendência dos escritores, a partir dos anos de 1930, em retratar o sertão, seja no campo da ciência e da poesia como também em grandes romances brasileiros. Essa prerrogativa em retratar o polígono da seca, através da exploração do homem do campo e por meio da concentração de terras nas mãos dos coronéis ocasiona o êxodo rural para as grandes cidades, sobretudo São Paulo, bem como a existência da resistência deste sistema, sintetizado pelo cangaço e pelos movimentos messiânicos, tratados na religiosidade do povo nordestino, sendo os temas recorrentes no chamado Romance de 30.

Seara Vermelha foi publicado na esteira deste romanceiro, em 1946, onde o livro aborda uma novidade geográfica, no que diz respeito ao conjunto da obra de Jorge Amado, uma vez que não há uma recriação da vida baiana comumente por ele retratada ao descrever as ruas, becos e ladeiras de Salvador ou, ainda, o retrato copioso das cidades do Recôncavo; muito menos é ambientado em terras *grapiúnas* ou nas matas do cacau. Em *Seara Vermelha*, Jorge Amado ensaia outra cartografia da Bahia, ao tomar como cenário o sertão, “território onde a fome cria bandidos e santos” (AMADO, 1946, p.239), onde abordava os caminhos percorridos pelos beatos e cangaceiros, a saga dos retirantes, das gentes expulsas da terra pelo latifúndio e pela seca em direção a São Paulo. O teor político deste romance através da forte representação do Sertão por Jorge Amado, geograficamente apresentado associado a questão social que, neste ponto de partida, traz um mapeamento das circunstâncias históricas que condicionam a narrativa e fomenta a problemática do lugar social cuja erudição do autor procura referendar os caminhos que unem a estética literária com a abordagem ético-política. Usaremos as siglas *PB* para *Pedra Bonita* e *SV* para *Seara Vermelha*.

Sangue, ciladas e caminhos da fé, em *Seara vermelha* e *Pedra bonita*: diálogos com trechos das obras

Bento, refletindo na estrada, no dilema de atender ao pedido do padrinho, ou se seguir para a *Pedra Bonita* e livrar os sertanejos do ataque se armava, dentre eles, seus pais e seu irmão Domício. Ele se punha também a pensar sobre a maldição que estava na sua família Vieira a um século, como traidores, culpados do sangue que rolara antes, por conta da traição

da sua avó, graças a denúncia do seu antepassado, à polícia. As “ordens de valores” (Farias, 2006, p. 100), que se “avulta no drama existencial do protagonista”, com seus pensamentos, seguia seu percurso, uma série de fatores e lembranças saltavam à sua mente, como: a negra Maximina, criada do padre, a cachaçada dela; a confissão com o vigário, no leito de morte do seu padrinho; o povo do Açú que amaldiçoava ele, sua família e todos da Pedra. Indo chamar o vigário para a confissão em leito de morte, do seu padrinho o padre Amâncio, ele pensava sobre a investida que se armava, aos seus olhos, quando ele saiu da cidade:

A vila inteira preparava. Havia homens armados por conta da câmara, gente de rifle. Joca Barbeiro não prendia Bento para não desgostar o vigário, que estava à morte. E nada de chegarem as providências do governo. A morte do tenente Maurício com sua força não dera o resultado esperado. Aguardava-se um batalhão para destruir os fanáticos. *Os fanáticos, eram os romeiros da Pedra onde o beato os comandava.* (REGO, 1973, p. 244- grifos nossos).

Certo que na luta entre cangaço e os oficiais, as mortes acontecem dos dois lados. No entanto, as coisas se asseveram, quando do lado oficial do Estado, morre um oficial, a coisa se intensifica. Mas, falando da morte de um oficial chamado Ezequiel da Silveira, em SV, cheio de sonhos e bravura, novo, recém-chegado para acabar com os cangaceiros, que acaba morrendo:

Um se adiantou:
-Eu fico com meu tenente...
Outro coçou a cabeça, levantou a arma. Mas os demais já corriam, embrenhavam-se na caatinga, largando os fuzis.
Lucas Arvoredo (*o cangaceiro*) teve tempo de fazer a pontaria com toda segurança. A bala rasgou o peito do tenente. Os dois soldados, quando o viram cair, soltaram as armas e sumiram.
Zé Trevoada (*do grupo dos cangaceiros*) foi o primeiro a chegar junto aos feridos vivos. Acabou-os a punhal. Revistaram os homens. Lucas examinava os fuzis. (AMADO, 1976, p. 197).

Os levantes oficiais se formam, em ambos os romances, diante do avanço dos cangaceiros e das atrocidades ditas por eles. Matar um oficial, como vemos, causa mais surpresa, nas duas obras, do que a fome, a exploração trabalhista e comercial dos sertanejos. Vejamos o major Nunes na primeira citação:

O major Nunes espalhava os piquetes pelas catingas, botaria gente contornando, tomaria os lajedos de perto, e quando chegasse a hora do fogo, o rifle cantava em cima do povo desprovido. Correria gente para todo canto, os meninos chorando, as mulheres desprovidas. E a bala cantando. A Pedra ficava no baixio e a tropa atirando

em cima. Morreria gente. Dentre eles sua gente, seus pais, seu irmão. *Eles, seus familiares se deixaram levar pelo fanatismo, as crendices, assim ele pensava, no dizer da igreja que tinha em si. Depois, pensava neles como sua gente, na ternura do seu irmão que ficava atordoado com o chamado da Mãe d'Água.* (REGO, 1973, p. 247- grifos nossos).

Esta Pedra “É o lugar por onde se firma, de um lado o terror e, do outro, a esperança e o desejo do impossível” (Farias, 2006, p. 182). O terror seria o ataque; a esperança, era o que unia, por tanto tempo, muitos sertanejos explorados, fugidos de suas condições de eterno sofrer, buscando razão para suas vidas, adendos aos seus sofrimentos, ainda nesta terra que vos fez sofrer.

Vejamos uma rápida citação em *SV*, que fala da chegada de um regimento maior, depois da morte do jovem tenente, para combater os cangaceiros:

Trinta homens atacariam por detrás, primeiro. Abririam fogo cerrado, chamando para lá os homens de Lucas. Os outros cinquenta penetrariam então no acampamento para o combate a descoberto. Um sargento aconselhou que esperassem uma noite sem lua, facilitaria os movimentos. Com os reforços chegados tinham vindo também repórteres dos jornais da capital. Constava por lá que o fim de um beato se aproximava. (AMADO, 1976, p. 263).

Em *SV*, pelo infortúnio da vida, os três filhos do Senhor Jerônimo e Dona Jucundina, tomaram rumos diferentes. José, caiu no cangaço, virou Zé Trevoada; João virou soldado; Juvêncio, a quem chamavam de Nenem, ingressara no Partido Comunista, em defesa dos oprimidos. Os três irmãos separados pela vida, desde quando deixaram a família na fazenda. Nesta terra em *SV*, além de trabalhar nela, vendendo a produção ao preço que o dono pedia, ainda tinham que trabalhar um dia de graça na terra de que os sediam o que eles produziam. Sem contar que tinha que fazer conta no armazém da fazenda, com seus preços altos e suas contas infindáveis.

Aquela terra não era deles, não lhes pertencia, e mesmo o seu direito sobre as plantações de mandioca e milho poderia ser discutido pelo coronel a qualquer momento. O dia de trabalho gratuito na fazenda parecia-lhe demasiada exploração. Não bastava a obrigação de vender os produtos da roça, ao coronel pelo preço que fixasse, e ter de comprar no armazém tudo de que necessitasse? (AMADO, 1976, p. 289).

Embora falando de *Fogo Morto* de José Lins do Rego (Farias, 2006, p. 85) tem um fator em sua fala que comunga com *SV*, quando fala da família da “casa-grande e a dos trabalhadores”. Sim, uma família explorada na terra, dividindo o que produziam como

pagamento, além de um dia gratuito de trabalho, como “gratidão”. Do regimento de Jão atacando os cangaceiros, a fatalidade. Jão, depois de anos, ainda assim pode reconhecer seu irmão José, o famoso Zé Trevoada. Não tiveram tempo de se falar, certamente, em meio ao ataque. Com tanto tempo sem se verem, certamente Zé não o reconheceria. Jão os via de longe. Zé o via sem saber, marchando com os outros soldados, para o ataque na caatinga. Vejamos (Amado, 1976, p. 264): “A noite era escura, sem lua, mas os olhos de Zé Trevoada sabiam enxergar no negrume da noite. Via as pernas dos soldados marchando. Não sabia que era seu irmão, Jão, o que tinha partido antes de todos”.

Por má sorte, eles não se reconhecem. Jão é atingido e morre:

Era seu irmão José e ele murmurou o seu nome, mas Zé Trevoada partia *pra* frente, os cangaceiros atiravam. Jão vi os soldados correndo, ouvia a voz do tenente gritando ordens, mas ouvia tudo baixinho e enxergava através de uma nuvem que cobria seus olhos. A única coisa que via perfeitamente era a face de seu irmão José disparando o fuzil, a boca aberta num grito, os olhos apertados de raiva. *Era comum os cangaceiros darem gritos nos ataques que faziam nas cidades, vilas, fazendas. Gritos amedrontadores, peculiares dos ataques de Lucas e Zé.*

Os tiros continuavam e na parte fronteira ao acampamento ressoavam os passos dos soldados do ataque decisivo. Zé Trevoada gritava seus gritos de guerra, Jão morrera sorrindo. (AMADO, 1976, p. 265) Grifos nossos.

Longe de saber desta fatalidade, Senhor Jerônimo e Dona Jucundina, distantes, seguindo a pé pelo sertão numa viagem de mortes e doenças, seguiam com a filha Marta e outros da família. Deixando a terra que não eram deles, onde trabalhavam e eram nela, por demais explorados. Se dirigem a Pirapora, para de lá, depois de um exame de admissão com os que sobravam da família, ganhar a passagem de ida para São Paulo. São Paulo dos sonhos dos sertanejos, do desapontamento dos que tinha ido, e faziam o caminho inverso, voltando para o sertão. Feitas essas considerações, na passagem de esperança e morte dos retirantes, do sertão até Pirapora, (Amado, 1976, p. 109): “Não havia entre tantas famílias acampadas na praça quase nenhuma que contasse com o mesmo número de pessoas com que partira. Todos tinham histórias que narrar e nenhuma delas era alegre”.

Em PB, o que existia no Araticum, na terra que eram deles, era a maldição da traição dos Vieras. Desta terra, eles só saem quando, por conta da invasão de Aparício, os pais são presos no Açú e apanham, levando a culpa pelos feitos do filho cangaceiro. Saem da terra e se juntam ao beato. A casa fora invadida, destruíram tudo. Eles não tinham mais segurança de permanecerem ali. Bento é entregue ao padre quando criança, que o criava no Açú, (Rego, 1973, p. 210): “A mãe quisera salvar Bentinho da sorte da família. Dera-o um padre, pusera-o

junto de Deus para ver se conseguiria dar jeito a Bentinho”. Aparício, como visto, caiu no cangaço.

Na descrição do local em *PB* onde os romeiros se reuniam, a seguinte descrição:

E nos outros dias continuava passando gente. Por debaixo das oiticicas paravam para deixar o sol esfriar. Era gente que trazia cegos, aleijados, ferimentos para os milagres da Pedra. Domício foi ficando com vontade de ir com eles para ver. Misturou-se assim com os romeiros e botou-se para a *Pedra Bonita*.

De longe foi vendo o povão no baixio. A Pedra luzia ao sol como um espelho. Em derredor dela se juntava gente de toda espécie. Ouvia-se o barulho de longe, um falatório de uma feira gigante. Havião armado latadas, como nas santas missões. (REGO, 1973, p. 205).

Os messiânicos de *SV*, estavam em trânsito do sertão para alcançarem Juazeiro. Uma multidão de pobres e humilhados se uniam no percurso do beato. Este percebendo as ameaças de ataque dos policiais, sabendo do respeito que o cangaceiro Lucas e seu grupo tinham por ele, envia Cirilo para pedir ajuda para seu povo. Cirilo fora um negro matador, que se arrependera do que fez e que teve a benção dele, como remissão dos seus pecados. Daquele dia em diante, todos os assassinatos que ele cometera, foram perdoados. Por isso Cirilo tinha uma devoção sem fim pelo beato. Era sua segurança dormia perto dele, com seu sono leve, qualquer coisa o acordava, com a mão no punhal. Roubar, no caso deles, era permitido para alimentar os sertanejos messiânicos que acompanhava o santo. Roubo suficiente para a alimentação. Exageros, eram condenados pelo santo.

Falando dos romances de José Lins do Rego e da polícia diz que: “Na verdade a polícia fazia parte do aparelho repressivo estatal. Convém lembrar, no entanto, que o romance tematiza o período de repressão ao cangaço” (Farias, 2006, págs. 55 e 56). Embora a citação não seja diretamente a uma obra de José Lins, as duas obras aqui analisadas, tem a polícia como principal enfrentadora dos cangaceiros.

Em *SV*, a tia louca Zefa, com suas palavras e seus ataques de verdades e pronunciamentos, não entendidos, ou ironizados por seus familiares. Em meio a estas ironias e a vergonha da família, quando ela dava os “ataques”, Zefa em comitiva com seus familiares, seguindo para Juazeiro na Bahia, se perde do grupo e acaba encontrando o grupo do beato Estevão.

Estevão acampou a algumas léguas de Juazeiro, ainda na caatinga, longe dos caminhos. Ali havia uns poços de água, os sertanejos caíram de facão nos arbustos, roçaram, levantaram cabanas improvisadas. Pelo visto o beato pensava em demorar

ali, ninguém sabia dos seus planos, nem mesmo Zefa. *Sim, ele era santa, pois, perdida entre as mulheres, quando encontrou o grupo de messiânicos, ela começou a proferir em voz alta o pronunciamento do beato. O próprio beato, ao vê-la com seu fervor e fé, tinha por ela profunda admiração e respeito. Os outros do grupo também a admiravam com respeito.* (AMADO, 1976, p. 258) Grifos nossos.

Lucas Arvoredo ao chegar com Zé Trevoada até os romeiros do beato, a pedido do mesmo para que os defendesse da investida policial que se formava contra eles, Zé teve uma surpresa. Encontrara sua tia Zefa. A tia que eles desdenhavam com suas profecias tinha mudado:

Zé Trevoada se aproximou e reconheceu sua tia Josefa. Não era mais a sua tia, porém, maluca atacada dos espíritos, da qual eles riam e debochavam quando rapazes (*ele e seus irmãos Juvêncio, Agostinho e Jão*). Agora parecia outra, nem olhou para ele, o passado não existia para Zefa. Agora era uma santa, quase tão santa quanto Estêvão, era a segunda língua de Deus, como diziam os romeiros. (AMADO, 1976, p. 261). Grifos nossos.

A igreja, sempre condenava o que de mais comum acontecia naquelas redondezas entre os sertanejos. Coisas como bigamia, filhos pagãos, os que não se casaram oficialmente, etc. Vejamos o trecho: “Nos sermões dos padres, cheios do fogo do inferno, eles imprecavam contra os amigados, os que tinham filhos por batizar, os que se punham nos animais por não ter mulher com que dormir”. Um contraponto do conforto espiritual daquela gente, era as frases do beato. Ele tudo permitia aos pobres, no seu entendimento Deus se revoltava com maldade dos ricos:

O beato falava outra língua. Nenhuma palavra contra as raparigas, contra os homens que tinha mulher sem receber a bênção do vigário, contra os que usavam éguas e jumentas. Clamava, em compreensão, contra os pecados dos ricos, falava de como eles estavam matando os pobres de fome, e a eles, à sua usura e cobiça, atribuía a cólera de Deus que resolvera terminar com o mundo. (AMADO, 1976, p. 237).

Os de PB, eles tinham local próprio onde se juntavam. Sobre isto e os milagres vistos por Domício:

O santo ia fazer o milagre daquela tarde. Domício tinha a impressão que nem o vento soprava nos catolezeiros nem os pássaros e nem os bichos se mexiam no mato.
-Maria- gritou o homem-, Maria dos Anjos, Deus te quer, Deus te chama.
Um silêncio imenso cobria tudo.
-Maria dos Anjos, vem, vem, mulher, que o diabo te escolheu para tentar. Vem, mulher, vem, mulher.

E quando se viu, foi um grito, um grito de um desespero maior de todos. Domício olhou para o lado donde partira aquele brado. E ia uma mulher cambaleando como uma bêbada, tonta. O povo deixava-a passar.

-Ela era uma aleijada- disse uma mulher junto de Domício-, e está andando.

-Deus do céu- disse outra-é, um milagre. (REGO, 1973, p. 206).

Da repercussão social dos seguidores em busca do mundo propagado pelo beato em *SV*, da sua grandeza e dos muitos benefícios e das misericórdias que recebiam dele, diante dos pecados. Diferente da igreja que os condenava e por eles, pouco ou quase nada fazia, a não ser culpá-los:

E de ponta a ponta do sertão, nesse imenso país de tanta miséria e tanta riqueza, por todos os caminhos da febre e da fome, correu o nome do Beato Estêvão e peregrinos partiam de todos os extremos em sua procura. Bandidos e cegos violeiros, capangas de muitos assassinatos, homens a quem haviam tomado a terra que lavravam, trabalhadores alugados que deviam nos armazéns, velhos e moços, mulheres com filhos e jovens que ainda não conheciam homem, tísicos e impaludados, leprosos e loucos. Vieram todos enchendo os caminhos, roubando para comer, marchando dia e noite, buscando o rastro do santo. Só ele curava e consolava. E o beato seguia, indiferente ao número de peregrinos que o acompanhavam, rezando suas orações, difundido suas profecias. Mas para cada um tinha uma palavra diferente, para cada história ouvida, uma solução que acalmava como um bálsamo sobre uma ferida. (AMADO, 1976, págs. 238-239).

Por seu irmão Domício, Bento, na companhia dele, foi até o senhor que sabia tudo sobre a maldição da Pedra. A contragosto da mãe que pedira a ele que não o levasse até lá. Falar sobre tal assunto era sempre motivo de meia conversa, ou silêncio, sem entrar em detalhes sobre o fato, seja entre os moradores do Açú ou sua família. Bento já sentia saudades daquela vida na igreja. Seu pai era uma coisa estranha, vivia de dengo com um bode, dando milho na boca dele, deitado na rede, como se fosse um ser da família, mais importante que eles. Este pai, ao ver o filho que era criado do padre, o tinha como intruso no Araticum. A mãe ansiava pelo retorno do padre e a volta do seu filho para Açú.

Tudo muito bem. Há três meses que Bento chegara ali e nada de aparecer notícias do padre Amâncio. Ele mesmo muitas vezes desejava voltar. Afinal de contas nada tinha que fazer por ali. O seu lugar era mesmo na igreja do Açú, ligado com as coisas de Deus, com o seu padrinho, com a negra Maximina. Sentia falta do Açú. Há três meses que estava na Pedra e vira muito e soubera muito. Lembrava-se de Domício e esfriava nos seus desejos. Tinha o irmão, que era uma coisa nova para ele. (REGO, 1973, p. 162). Grifos nossos.

O irmão fazia fama por onde passava, no grupo de Lucas Arvoredo. Ele, em meio a alguns poucos via-se respeitado pela fama do irmão:

O cangaceiro seu irmão ficara falado. Era o terror das caatingas, o maior de todos os cangaceiros. Nunca mais soubera de Domício. Desde que os velhos se foram para o Araticum que não tivera notícias do irmão tristonho. E era no entretanto de quem mais se lembrava. Do irmão triste, que não tinha feição para o cangaço. Aparício devia ter mudado. Criado outra cara, outra figura. *A fama do irmão cangaceiro, impunha respeito e admiração à Bento, entre os populares na feira. Embora o povo da cidade odiasse a presença dele entre eles, por conta do padre, suportavam Bento. Ele sabia que era odiado, entre eles. Sua mente era um misto de ir ficar com os seus, preso a desgraça dos Vieras, abandonar tudo ou, de não acreditar em nada, e como lhe dizia seu padrinho, o padre, não passava de superstição, de crendices de um povo sem temor à Deus.* (REGO, 1973, p. 184). Grifos nossos.

Bento, por saber que ele era irmão do famoso cangaceiro Aparício. Este, diz da visão que se tinha do povo do Araticum não era tão respeitosa (Rego, 1973, p. 136) afirma: “Todos tinham a gente da *Pedra Bonita* na conta de impiedosa, cruel, doida”. Vale pontuar, que embora ele ouvisse seu padrinho dizendo que aquilo que se dizia de sua gente e o que se vivia na Pedra, não passava de superstição, ou heresia. Ao falar do que é tomado como heresia (aos olhos da Igreja); ou sacrifício (aos romeiros, seguidores dos beatos), defende que esta visão, são “conceitos relativos ao lugar e ao ponto de vista através dos quais “o derramamento de sangue inocente” se atualiza” (Farias, 2006, p. 149).

Por vezes, Bento pensava que de fato, sua gente, os Vieiras tinham sangue ruim e a culpa por toda desgraça da vila do Açú (Rego, 1973, p. 157). Fato interessante acontece, quando um popular que viu o beato fazer milagres, relatou ao padre Amâncio o que tinha visto. O padre justifica o que o homem viu, como algo normal, sem maiores prodígios. Ele não poderia reconhecer o fato narrado como algo extraordinário, afinal, a igreja, dona da religiosidade oficial do lugar, representado por ele, como figura, cairia em descrédito. Ele, como representante da igreja, perdendo fiéis, na sua velhice e cansaço, resolve se dirigir até a Pedra, em companhia de Bento, que conhecia o caminho.

Teria que agir. Era o seu dever, era a sua missão. Com pouco todo o sertão se incendiaria, como sucedera no Ceará com o padre Cícero. Todo o poder espiritual passaria para as mãos do fanático, do que era somente instrumento do diabo. Ficou assim pensando, meditando. Fez cálculos de ação, estudando meios de enfrentar o inimigo. *Ele foi em busca da Pedra, já na estrada viu pessoas, que iam ao encontro do “santo”. O prefeito da cidade e o major, sabendo que ele se pôs a caminho, sabiam que de nada adiantaria, pois o povo fanático, chega ao ponto de ter raiva de padre.* (REGO, 1973, p. 213).

Sobre a influência mítica de Padre Cícero (Farias, 2006, págs. 157 e 158) diz: “A detenção do poder mítico de padre Cícero se apresenta também como sustentáculo da proteção

“patronal” que o “padrinho” exerce em relação aos seus afilhados”. Esta menção à padre Cícero se justifica quando os personagens desprezados pelo Estado, depositam sua fé na crença ao beato. O padre fracassara na viagem à Pedra. O povo da cidade espera que os messiânicos o tratassem mal, mas, graças ao irmão de Bento, Domício conseguiu que o padre falasse com o beato. Ele contou ao padre do chamado que recebeu de Deus, no dia 20 de janeiro, dia de São Sebastião, repetindo várias vezes:

-Deus me mandou, Deus me mandou.

Com pouco mais se ouviu o rugido da multidão cantando e bendito. Padre Amâncio levantou-se. Bento viu a palidez do seu padrinho.

-Deus me mandou-gritava o santo. – Deus me mandou.

E o povo urrando lá fora. (REGO, 1973, p. 230).

Depois do mal-estar inicial, do povo repetindo em voz alta a frase do santo, com o chamado divino, acreditando que o padre levaria o santo em terra, Domício apareceu. Vejamos a citação de (Rego, 1973, p. 231): “Foi quando Domício apareceu. O padre não tinha vindo para levar o santo. O padre tinha vindo a favor deles. E aos poucos o furor da multidão foi abaixando, como se fosse caindo água em cima de uma fogueira”. No seu retorno, falatórios nas ruas, sobre o que poderia ou não ter acontecido. Até nos jornais de Recife fizeram reportagens. Para piorar e aumentar o falatório, o abatimento do padre, um mês acamado.

O messianismo está presente nas duas obras. No entanto em *SV* o beato morre com um dos ataques ao grupo. Zé Trevoada o cangaceiro, que fora defender o grupo daquele, com Lucas, não morre na defesa. Sua tia Zefa que se perdeu do grupo do seu pai e da mãe, na travessia da caatinga para Juazeiro, foi a única da família que morreu. No ataque que se formava em *PB*, o personagem Bento, um Viera, ao que parece muda de percurso na encruzilhada e salva os grupos dos messiânicos, o qual sua família estava. O povo nas duas obras seguia os beatos para encontrar uma justificativa dos céus, nas desgraças terrenas que viviam. Farias (2006, p. 177) falou sobre o beato em *PB*, mas, que serve para as condições em os beatos estavam, entre o humano e o sobrenatural, detendo o saber extraordinário que o povo não alcançava.

A ousadia dos cangaceiros, nos dois romances, na contestação dos poderes instituídos, abrigava filhos de sertanejos explorados, que nas infâncias de pobreza e exploração, internalizam uma vontade futura de se rebelar contra tudo aquilo. Não seguindo as vias oficiais de resistência destas vontades de criança, o cangaço foi o seguimento de alguns. De

um lado, Aparício irmão de Bento em *PB*, com sua crueldade nos ataques; do outro, José, o famoso Zé Trevoada, em *SV* no grupo de Lucas Arvoredo, na mesma crueldade, ao ponto de invadir a cidade, arrombar comércios, botar o povo para correr, invadir restaurante, mandar abrir cinema, convocar a população amedrontada e contrária aquele convite, para um baile dançante os cangaceiros. Agonizante para os que estavam lá, obrigados por eles. Todos que foram encontrados em casa, forra arrancados à força, para o baile de Lucas. Com medo da morte, ou da crueldade deles, eles vieram. As mulheres da sociedade, foram obrigadas a dançar, ficaram nuas, outras foram violentadas pelos cangaceiros. Apreensivas e vendo seus maridos que nada podiam fazer, elas nuas e envergonhadas, dançavam no baile, ao ritmo do choro delas. Da alegria nefasta dos homens de Lucas.

Os discursos inflamados na Câmara Federal foram muitos. As fotos da professora nos jornais, ferrada como boi, com o L de Lucas, neste dia, que ficou louca depois, teve repercussão. Também entraram nos pedidos de urgência de um ataque fervoroso contra os bandos de cangaceiro. A viúva recente do tenente, no mesmo dia do baile de Lucas, foi tirada da sua casa, no seu luto, aos prantos, só não foi violentada nesta festa, porque perguntou a Zé Trevoada se ele não tinha mãe. O remorso do cangaceiro e a lembrança de dona Jucundina, fizeram com que ele a deixasse sair, embora se arrependesse depois. Um político pediu pensão especial do governo para a viúva. O fato rendeu reportagem no jornalista sensacionalista, em *SV* (p.216) que dizia: “O REMORSO PARALISOU AS MÃOS DO BANDIDO”.

Levando tudo que podiam dos comércios saqueados, os cangaceiros usando muitos dos perfumes, o que aumentava o mal cheiro deles, que passavam dias sem banho. Eles, depois do jantar, cinema e desta “festa”, vão embora num caminhão, com o chofer sendo mirado por revólver. Quando chegaram no ponto que lhe interessavam na caatinga, desceram. Não sem antes furar os pneus com tiros. Daí, sumiram.

Enquanto em *PB*, o padre se pôs a conhecer o reduto messiânico. Em *SV* a igreja de longe, com seus representantes, torcia pelo fim da caminhada messiânica, bem como o fim dos cangaceiros:

Mais rápido que ele andava seu nome, chegara às cidades, aparecera nos jornais. Os coronéis se agitavam, trabalhadores abandonando as colheitas, colonos ficando rebeldes, os padres se levantavam contra ele, era a ameaça de uma seita supersticiosa que abalava o prestígio da Igreja. (...)Essas coisas se passam no sertão, onde a fome cria bandidos e santos. (AMADO, 1976, p. 239).

Em *PB*, os fiéis diminuía nas missas do padre Amâncio. Os saques dos fanáticos, como eram chamados pelo povo do Açu, nas fazendas vizinhas, cresciam:

A vila sentiu os efeitos da vizinhança do santo. As feiras diminuía de frequência e os fazendeiros se queixavam do furto de gado. Matava-se boi todo dia na Pedra. Os fanáticos invadiam às soltas, levando as reses que bem queriam. (...), Mas o ódio do Açu pela Pedra crescia, avolumava-se. Padre Amâncio aos domingos pregava aos reduzidos fiéis. A palavra saía-lhe fraca, sem energia. (REGO, 1973, págs. 231 e 232).

Vale salientar, que embora o padre Amâncio tivesse um encontro com o beato, sem sucesso na investida, em momento algum da obra, ele como representante da igreja, se punha a favor do uso da força sobre os familiares dos cangaceiros. Em *SV*, a igreja não se manifestava hora alguma para dialogar, ou conhecer o local do beato, como fez o padre Amâncio. A ordem era o interesse maior, por qualquer meio. Presumimos que os meios que o estado usava nas investidas contra o cangaço, o beato, em *SV* não lhes desrespeitava. Não vos cabia, bem verdade. Mas, o coração de padre Amâncio se compadecia da forma truculenta que o estado usava a força para combater o cangaço, sem poupar crianças indefesas:

Padre Amâncio foi para o quarto, puxou uma cadeira para Bento e pediu que ele lhe contasse tudo. O rapaz narrou incidente por incidente. A saída de Aparício, a prisão de Domício, o tiroteio nos lajedos, a destruição do Araticum, a surra no pai e na mãe. Ficou com os olhos molhados narrando, contando as desgraças dos seus. O padre Amâncio falou emocionado: era aquilo mesmo. Estava há vinte anos naquele sertão e era sempre assim que combatiam o cangaço. Não sabiam escolher os perigosos, descobrir os maus. Iam em cima de criaturas mansas como se se atirassem em cima de feras. Os tenentes não eram culpados. Chegavam ali às tontas, castigando, implantando o terror para ver se davam jeito à coisa. E o cangaço assim aumentava sempre. (REGO, 1973, p. 174).

Lembrando a narração do padre Amâncio que a força não poupava os inocentes em *PB*, em *SV*, temos uma citação que diz da mesma maneira, do sofrimento dos pequenos e indefesos. Pontuando, claro, que eles sofriam tanto na passagem dos cangaceiros de Lucas, quando da polícia. “Mas os pequenos lavradores, os sitiantes e colonos, os sertanejos pobres, esses sofriam, seja na passagem do bando de Lucas, seja- e ainda mais- da polícia. Os tenentes e capitães comissionados na perseguição a Lucas enriqueciam nos dois anos que passavam pelo sertão” (Amado, 1976, p. 215). Entretanto, com os policiais eles sofriam além disso, pois estes roubavam, saqueavam mais que os cangaceiros. “Os sertanejos tinham mais medo da farda da polícia, farda que ali se modificava (...). A polícia tinha direitos, roubava, matava e

deflorava baseada na lei” (Amado, 1976, p. 215). Aos pobres, além de esquecidos pela lei, as humilhações que passavam por conta de uma lei de poucos.

Existe uma diferença gritante do posicionamento da igreja em *SV* e em *PB*. O padre Amâncio neste último, sonhava, (Rego, 1973, págs. 216, 239 e 244), presumia, pensava e se incomodava, com o suposto ataque dos soldados, depois que um tenente foi morto. Ele sabia que não poupariam inocentes. Sua irmã D. Eufrásia se inquietava, pois, para ela, aquilo não lhe desrespeitava. As coisas da igreja, era a preocupação dele, mesmo aquela igreja no fim do mundo. Ela, como irmã não via a hora que ele saísse do convívio daquela gente estranha do Açú. Sua irmã notava que sua saúde estava debilitada, que ele envelhecera demais naqueles anos. Em *SV* a igreja apenas esperava às medidas tomadas, sem se preocupar com os meios para reestabelecer a “ordem”.

No cerco aos romeiros o beato Estevão em *SV*, acreditava que Deus desceria para o julgamento final. Certo de que seria perto dos sete poços, onde Zefa e ele tinham benzido as águas para que não secassem. Em *PB* (p. 219), os sofredores, lazarentos, os velhos esperavam que Deus vos dessem um quinhão de felicidade e abundância. O seu beato, como já dito, recebeu o chamado de Deus no dia 20 de janeiro, dia de São Sebastião. Os populares nas escadas da igreja, diziam no Açú, em *PB* seria a nova Canudos, diante da força policial precisava se formar para acabar com a Pedra. Em *SV* (p. 266), o beato foi morto, bem como Zefa, alguns romeiros e o cangaceiro Lucas Arvoredo. Todos tiveram as cabeças cortadas e expostas, como troféus. Diante disto, o capitão que comandou a investida, não dado a literatura, lançou um livro chamado *O Novo Canudos*.

Uma das tradições religiosas do Nordeste o messianismo (Júnior citado por Coutinho, 2007, p. 282), que disse: “O movimento modernista promoveu a orientação de nossa arte e da nossa literatura num sentido nitidamente nacionalista, de base humana e social, cujas raízes de afundaram nas fontes do povo, no coração da nacionalidade, nas tradições mais puras da nossa terra e da nossa gente”. Um dos grandes fatos do nacionalismo no modernismo literário brasileiro, foi a seca, o messianismo e cangaço, apresentado nestas duas obras. Falando do projeto nacionalista nos romances, refletimos as duas obras (Araújo, 2008, p. 122) ao pontuar que: “Os romances de costumes e o romance regional aparecem dentro de um projeto nacionalista: verdadeira forma de pesquisa e descoberta do país”. Sim, em *PB* e *SV*, o Brasil e o mundo através dos personagens de Rego e Amado, descobriram a desgraça de uma gente

desamparada pelo estado, cobrada pela igreja, marginalizada pelos donos da terra, recebida pelos profetas do povo, na verdadeira face do país.

Considerações finais

A geografia traçada por Jorge Amado é feita com o observador tomando uma certa distância, e cujas coordenadas de leitura e esquemas prévios são extraídos de uma dialética conhecida cujo repertório era influência nos historiadores e literários: o marxismo. Eram totalmente enunciadas de uma “certa distância”, como uma vista aérea no tocante ao ponto de vista urbano-industrial, cujas representações de Jorge Amado quanto ao sertão são carregadas de desolação, e desengano por meio de uma paisagem física e humana, sendo-lhe seu marco. Ajustando e reelaborando as figuras apresentadas pela literatura pelos discursos jornalístico e científico da época, desmonta uma atmosfera regida pelo signo do agreste e do inóspito. Um lugar esquecido, onde tudo sempre chega com atraso, por ser distante e vilipendiado pelos coronéis e detentores do poder político, cujas vidas são levadas a triste monotonia. “Território onde a fome cria bandidos e santos”, (AMADO, 1976, p. 239). É um sertão econômico nas palavras e vocabulário, onde o povo não sabe se expressar bem e onde as palavras quase nunca revelam a extensão dos sentimentos. Jorge Amado, em *Seara Vermelha*, apenas reflete o pensamento de tantos intelectuais que se intitulam de esquerda, onde a marca Amadiana de sua obra revisita a visão etnocêntrica, com uma atualização da ideia do sertão como lugar da barbárie, do tradicional e do arcaico.

O sangue jorrou nas duas obras, em ambas, a justiça era feita ao gosto dos dois lados. Tanto os cangaceiros mataram tenentes nas primeiras investidas policiais em *PB* e *SV*, como os policiais mataram cangaceiros e inocentes nas duas. Alguns fatos diferenciam uma obra da outra: primeiro: o beato de *SV* não tem nome, enquanto na outra obra o outro se chama Estevão; segundo: a família de Zé Trevoada não entra no grupo do beato, apenas sua tia Zefa que se perde deles, em *SV*. Em *PB*, toda a família, fora Bento e o cangaceiro que estava pelo sertão, se junta ao grupo do beato. O sangue dos Vieiras era a maldição de um século atrás, no entanto, a terra sem grandes frutos como as outras vizinhas, lhes pertenciam. Em *SV* a família parte em busca de coisas melhores, de emprego melhor em São Paulo, depois que são expulsos da terra em que trabalhavam.

Em *SV* muitos morrem na estrada, por conta da viagem de fome e seca, sonhando com São Paulo. Em *PB* nenhum deles morre. Foi o sangue e o cangaço que sustentou a lembrança dos personagens em ambas. Foram as famílias destruídas: uma pela seca e o sumiço do filho estranho e calado, no grupo de Lucas em *SV*; na outra, foi o assassinato que Aparício cometeu em *PB*, que destruiu a vida dos seus que ficaram no Araticum. Os três filhos de D. Jucundina, no mundo, longe dela, perto do seu coração e nas lembranças de ambos. Era Aparício filho de Bentão, em *PB*, no grupo de cangaceiros. Era Zé Trevoada, com seus gritos de amedrontar, matando e sagrando, repercutindo com sua fama, mas, sem cair sobre os dele, seus atos. Como caiu sobre os moradores do Araticum, em *PB* por conta dos atos de Aparício, ou, por conta da traição antepassada do avô dos meninos e da morte dos fiéis.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. A invenção do nordeste e outras artes. 5ª Ed. São Paulo: Cortez. 2011.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidades regionais. Recife. Bagaço. 2008.
- AMADO, Jorge. *Seara Vermelha*. Rio de Janeiro. Record. 1976.
- ARAÚJO, Humberto Hermenegildo de. A tradição do regionalismo na Literatura Brasileira: do pitoresco à realização inventiva. Editora da UFRN. 2008.
- CANDIDO, Antônio. Literatura e subdesenvolvimento. In: A educação pela noite. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul. Págs.: 169-196. 2006.
- CHIAPPINI, Ligia. Do beco ao belo: dez teses sobre o regionalismo na literatura. Revista Estudos Históricos, vol. 8, nº 15. Rio de Janeiro. Págs. 153-159. 1995.
- COUTINHO, Afrânio. Introdução à literatura no Brasil. Bertrand Brasil. 2007.
- FARIAS, Sônia Lúcia Ramalho de. O sertão de José Lins do Rego e Ariano Suassuna: espaço regional, messianismo e cangaço. Editora Universitária UFPE. 2006.
- FREYRE, Gilberto. Nordeste. Rio de Janeiro. Record. 1989.
- REGO, José Lins do. *Pedra Bonita*. Rio de Janeiro. José Olympio. 1973.
- SANTINI, Juliana. Entre a memória e a invenção: a tradição na narrativa brasileira contemporânea. Revista Cerrados, nº 27. 2009.

A influência de Marx no cinema de Glauber Rocha

Autor: José Almir Santos Basílio Filho
Universidade Federal de Campina Grande
E-mail: Basilioalmir85@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo investigar como o pensamento de Karl Marx influenciou o cinema do diretor brasileiro Glauber Rocha, um dos expoentes do movimento do Cinema Novo. Buscaremos demonstrar como a concepção materialista da história de Marx, e seus conceitos de ideologia e alienação, constituem, em grande medida, o embasamento teórico do pensamento de Glauber, e como este pode ser percebido nos filmes do diretor. Assim, este trabalho mostra como a atividade cinematográfica de Glauber se relaciona ao contexto histórico em que se insere e destaca que a importância deste diretor para a cultura brasileira vai além dos seus filmes propriamente ditos, sendo caracterizada também pela defesa da indústria cinematográfica nacional, pela criação de uma estética brasileira e pela defesa de um cinema revolucionário – aspectos em que a influência de Marx é notável.

Palavras-chave: Glauber Rocha. Marx. Cinema brasileiro.

Agradecimentos

Agradeço a Clara e Daniel, pelo apoio de sempre.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo investigar como o diretor Glauber Rocha, um dos expoentes do movimento do Cinema Novo no Brasil, foi influenciado pelo pensamento de Karl Marx, tanto na forma como aborda a realidade brasileira em seus filmes, quanto em suas concepções acerca da produção cinematográfica. Assim, este trabalho é importante para esclarecer características da obra deste cineasta que auxiliem em sua compreensão e para elucidar a importância deste na história do cinema brasileiro. Destacaremos não só sua contribuição artística mas também sua luta por uma produção nacional, as quais certamente teriam se dado de maneira muito diferente não fosse a influência de Marx.

Para tal fim, buscaremos indícios na obra de Glauber Rocha em seu livro *Revolução do Cinema Novo*, que compila textos do diretor publicados entre 1958 e 1980, e em seus longas-metragens mais influentes: *Barravento* (1961), *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964), *Terra em Transe* (1967) e *O Dragão da Maldade Contra o Santo Guerreiro* (1969). Em relação ao contexto histórico do cinema brasileiro, tomaremos como referência trabalhos de Ismail Xavier e Paulo Emílio Sales Gomes. A metodologia utilizada se alinha à proposta da História Cultural, uma vez que nos limitaremos a analisar como a produção cinematográfica de Glauber expressa seu pensamento e, sobretudo, em que medida este foi influenciado por Marx. Nesse sentido, para a análise dos objetos de estudo tomaremos como referência as orientações metodológicas de Peter Burke (2004), autor que caracteriza o cinema como importante fonte para a História Cultural. Os filmes, assim como outras obras de arte, segundo o autor, não podem ser tomados como reflexos exatos da realidade; porém, quando analisados tendo em vista as convenções artísticas que orientaram sua produção, o olhar particular do artista, e os significados que adquirem dentro de seu contexto histórico, são indícios essenciais de comportamentos políticos e artísticos que existiam em determinada época. Em nossa proposta, apresentaremos conceitos, ideias e propostas de Marx a partir das análises feitas pelo próprio Glauber e afim de esclarecer o pensamento deste, tendo em que uma discussão além desses termos seria incompatível com nossos objetivos previamente citados.

Primeiramente, cabe uma breve apresentação acerca do Cinema Novo. Na verdade, a natureza desse movimento se insere em um panorama mundial de grandes transformações que ocorriam no cinema, sobretudo na França, com a Nouvelle Vague (Nova Onda). Os jovens cineastas franceses deste movimento, a partir do final dos anos 50, negavam convenções de

linguagem e passaram a priorizar a liberdade artística independente de qualquer regra. Essa ruptura na forma também se estendia ao conteúdo: novas discussões eram propostas, sobre temas que interessavam à juventude engajada politicamente. Tais rupturas, de temática e linguagem, no Brasil foram praticadas pelo Cinema Novo, mas com contornos bem específicos porque entendiam que no Brasil as problemáticas sociais não eram as mesmas de países europeus e a falta de recursos para a produção artística tinha de ser considerada.

Além das influências estrangeiras, é impossível ignorar as nacionais, sobretudo a do movimento modernista. Não por acaso *Vidas Secas*, *Macunaíma*, além de obras de Guimarães Rosa e Carlos Drummond de Andrade, receberam adaptações para as telas nos anos 60. Enquanto os artistas do modernismo buscavam criar uma estética nacional na literatura e outras artes, o Cinema Novo assim o fez no cinema.

Em meio a tal efervescência cultural, Glauber torna-se um dos protagonistas. O cineasta baiano, crítico e grande conhecedor de cinema, inicia sua carreira com curtas nos anos 50, e nos anos 60 alcança sucesso internacional com seus longas mais influentes. Nessa década, Glauber coloca em prática seu “cinema revolucionário”, e divulga as ideias que o tornariam tão influente.

Antes da discussão, porém, é preciso destacar que o pensamento de Glauber Rocha não se manteve uniforme durante toda sua trajetória. No decorrer dos anos 60 suas noções acerca da realidade brasileira, do andamento do processo revolucionário e do dever do artista se modificam em aspectos importantes. Isso gera as discrepâncias encontradas entre seus filmes ao compará-los: como analisado por Ismail Xavier (2001, p. 133), Glauber, em *Deus e o Diabo*, filme realizado antes do Golpe de 1964, demonstra otimismo em relação às possibilidades da revolução no Brasil, já em *Terra em Transe*, lançado três anos depois, suas esperanças não são tão grandes. O próprio Glauber, em 1969, critica *Deus e o Diabo*, tomando-o como um filme romântico, que entusiasma o público ao invés de fazê-lo pensar (ROCHA, 2004, p. 172). Assim, o diretor contrapõe tal filme a *Terra em Transe*, obra que representaria sua atual noção de que “(...) não podemos ter heróis positivos definidos, não podemos adotar palavras de beleza, palavras ideais. Temos que afontrar nossa realidade com profunda dor, como um estudo da dor” (Idem). Nota-se, portanto, que diante das grandes transformações políticas e sociais que o Brasil sofreu no período, Glauber também transformava suas concepções artísticas, porque sempre teve a intenção de manter em suas produções uma ligação estreita com a realidade brasileira no momento em que elas foram elaboradas.

Entretanto, mesmo com variáveis como essas, é possível observar constantes que norteiam toda a atividade de Glauber Rocha relacionada ao cinema: a defesa de um cinema revolucionário; do desenvolvimento da indústria cinematográfica brasileira como ferramenta na luta contra o imperialismo; da criação de uma estética nacional que vá além da imitação da ideologia imperialista ao reconhecer a condição subdesenvolvida do Brasil. E é justamente nessas e em outras constantes que buscaremos a influência de Marx.

Antes, porém, cabe destacar que, em certos aspectos fundamentais, Glauber se baseia muito mais no pensador marxista Frantz Fanon do que no próprio Marx, de modo que é preciso mensurar a influência deste corretamente. Nesse sentido, destacamos que a interpretação de Glauber a respeito do neocolonialismo, ponto fundamental em sua obra, e de como deve ocorrer a revolução no mundo subdesenvolvido muito se baseia na obra de Fanon e não na de Marx propriamente, já que o primeiro se atem a esses temas mais especificamente (XAVIER, 2001, p. 26).

Por outro lado, em determinados escritos, Glauber questiona a aplicação de conceitos de Marx: ao tratar da Rússia em 1969, ele afirma que o termo ditadura do proletariado é “fascista por si” (ROCHA, 2004, p. 168); o diretor também destaca a primazia da superação do subdesenvolvimento em relação à mudança de regime político ou de ideologia; em outro momento, ele considera o marxismo ortodoxo, filosófico e materialista superado (Idem, p. 192). Mesmo com tais ressalvas, é impossível diminuir a importância da obra de Marx para o cinema de Glauber (o que inclui tanto seus filmes quanto sua atividade ligada à produção cinematográfica): a concepção materialista da história, conceitos como ideologia, alienação, entre outros, constituem em grande parte o embasamento teórico do trabalho do diretor, e são de influência fundamental para sua atuação política e artística. Tal influência será esmiuçada adiante.

Além dos filmes: A questão econômica do cinema brasileiro para Glauber Rocha

Uma questão de grande controvérsia no estudo do Cinema Novo como um todo, e que também se aplica aos filmes de Glauber Rocha, é referente ao seu êxito: o movimento realmente conseguiu cumprir seu objetivo de atingir as massas populares com seus filmes? Ou seu público foi limitado aos intelectuais e pessoas ligadas ao movimento? Em 1973, o crítico Paulo Emílio Sales Gomes defendeu a segunda hipótese, e, mesmo exaltando o enorme valor

artístico das obras e destacando que o curso do Cinema Novo foi afetado por fatores econômicos externos e fatores políticos internos, considerou que a juventude atuante no movimento

(...) sentia-se representante dos interesses do ocupado e encarregada de função mediadora no alcance do equilíbrio social. Na realidade, esposou pouco o corpo brasileiro, permanecendo substancialmente ela própria, falando e agindo por si mesma. A homogeneidade social entre os responsáveis pelos filmes e seu público nunca foi quebrada (GOMES, 1996, p. 103)

Consequentemente, Paulo Emílio temia que a falta de interesse do público gerasse um colapso na indústria (XAVIER, 2001, p. 12). Portanto, para este crítico, representar as problemáticas relativas às massas populares nos filmes não foi suficiente para que estes as impactassem da forma que os artistas planejavam, o que teria como consequência a impossibilidade de manter a indústria nacional do cinema em pleno funcionamento.

Glauber, em 1976, critica veementemente tal análise de Paulo Emílio, e afirma que se “fosse um fracasso de público, o cinema novo não sobreviveria produzindo mais de cem filmes (...) nos últimos dezesseis anos” (ROCHA, 2004, p. 348) – embora o próprio diretor reconheça que no decorrer de sua carreira fez algumas obras mais e outras menos interessadas em conseguir tal comunicação com o público: *O Dragão da Maldade*, de 1969, seria um resultado de seu amadurecimento nesse sentido, porque buscou abordar questões complexas com simplicidade e sem “intelectualismo” (idem, p. 175-177). Com essa exposição pode-se perceber que, de fato, não há um consenso na discussão referente ao sucesso de Glauber como diretor no sentido de atingir ou não seu público alvo – de provocar ou não o impulso revolucionário que ele desejava (o que será tratado no segundo tópico).

Porém, independente das conclusões a esse respeito, não se pode reduzir a importância de Glauber para o cinema brasileiro à função de diretor. Como dito por Ismail Xavier e como buscaremos demonstrar a seguir, o projeto de Glauber para o cinema vai além de seus filmes apenas (XAVIER, 2004, p. 26): ele também pensou a indústria cinematográfica, foi ativo na produção e propôs formas de desenvolver economicamente o cinema em um país subdesenvolvido como o Brasil (tema já posto em debate anos antes por Paulo Emílio), através de um método influenciado pelas etapas do processo revolucionário proposto por Marx e Engels.

Ao tratar do processo revolucionário, Marx e Engels afirmam no *Manifesto do Partido Comunista* que

(...) o primeiro passo da revolução operária será a ascensão do proletariado à classe dominante e à luta pela democracia. O proletariado utilizará seu poder político para arrancar pouco a pouco todo o capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante (...) (MARX; ENGELS, 2001, p. 59)

Ou seja, fundamental para o sucesso dessa iniciativa seria o controle pelos proletários sobre os meios de produção, os quais nas mãos da burguesia eram usados para explorar os trabalhadores mas que quando tomados por estes seriam usados para garantir a base material da revolução. De forma análoga, Glauber acredita que para o Cinema Novo (movimento cujo desenvolvimento seria essencial para o cinema brasileiro como um todo) ter sucesso como indústria, e conseguir competir efetivamente no mercado com o cinema estrangeiro dominante, sobretudo importado dos Estados Unidos, é imprescindível que os trabalhadores do cinema detenham o controle sobre os meios de produção dos filmes e, conseqüentemente, de todas as etapas da produção cinematográfica. Ou seja, o cineasta deve ser "homem prático, produtor, distribuidor; não pode ser somente intelectual" (ROCHA, 2004, p. 175). Desse modo, os artistas não ficariam submissos a produtores e distribuidores que encaram sua arte apenas como mercadoria e, por isso, a reduzem ao seu valor comercial.

Tal iniciativa pode ser compreendida observando que para Glauber, tal qual para Marx, "não existe poder cultural sem poder econômico e político" (Idem, p. 101). Assim, sendo o primeiro condicionado pelo segundo, o desenvolvimento de uma cultura que vá além dos interesses da classe detentora do poder econômico será sempre limitado e nunca conseguirá se efetivar sem que haja uma base material para isso. E, de fato, na história do cinema brasileiro, nas décadas anteriores aos anos 50, nota-se que o desenvolvimento de uma produção cinematográfica nacional e sua distribuição eram barrados pelo conflito entre interesses artísticos e comerciais e pelo domínio dos filmes importados, constituindo períodos marcados por crises e instabilidade (GOMES, 1996, p. 69-76). Por um lado, restava aos cineastas brasileiros tentar emular a estética de Hollywood – o que, pela falta de recursos necessários para a produção de obras nessa escala, tornava o resultado insatisfatório; por outro, os filmes bem sucedidos comercialmente, as chanchadas (comédias musicais), assim o foram porque conciliavam produção e exibição e tinham "clara consciência de sua condição subalterna no mercado" (XAVIER, 2001, p. 39-40). Ambas as iniciativas, para Glauber, se inserem na "miséria econômica e intelectual" em que se encontrava o cinema brasileiro (ROCHA, 2004, p. 35) e corroboravam com a ideologia imperialista – esse tópico será

elaborado adiante, no momento nos ateremos a como Glauber tentou aplicar na prática sua proposta de uma revolução econômica no cinema, que seria essencial para superar tal ideologia dominante.

Glauber Rocha vê o ponto de partida dessa revolução na produção independente do diretor Nelson Pereira dos Santos, autor de *Rio 40 Graus* e *Rio, Zona Norte*, filmes do final dos anos 50 e cujo caráter político indicava os rumos que o cinema brasileiro tomaria na década seguinte. Para Glauber, portanto, foi justamente esse caráter político do Cinema Novo que permitiu que os cineastas tivessem uma consciência em relação à realidade econômica brasileira que faltava às gerações anteriores: estas negligenciavam a interferência do imperialismo na indústria nacional, inclusive na indústria cinematográfica. Os cinemanovistas, tendo esse obstáculo em mente, queriam derrotar o imperialismo e se desenvolver de forma independente. (ROCHA, 2004, p. 85).

Com esse objetivo surgiu a DIFILM, distribuidora administrada por Luiz Carlos Barreto (Produtor, que também foi diretor de fotografia de *Vidas Secas* e *Terra em Transe*) e que incluía em seus quadros diversos integrantes do Cinema Novo. Glauber acreditava que, diferentemente de uma empresa administrada por um produtor-capitalista, na qual a obra se resumiria a um produto (porque o objetivo final seria o lucro), na DIFILM o lucro ocupava um papel secundário, e era visto apenas na medida em que poderia ser investido para manter a empresa em funcionamento. Nesse caso, o objetivo final seria a continuidade da produção de filmes nacionais por seu valor artístico e político (ROCHA, 2004, p. 193-194). Portanto, a empresa permanecia alinhada à proposta de Marx, já que os envolvidos na empresa não se tornariam burgueses por controlar a produção, afinal não exploravam os realizadores: os administradores da empresa eram os próprios realizadores, o que permitia o controle de todos os aspectos da produção dos filmes.

O próximo passo desse processo de independência econômica do cinema brasileiro, nas palavras de Glauber, seria a Embrafilme, surgida em 1969: “empresa total, que produz, exporta e distribui.” os filmes brasileiros. (ROCHA, 2004, p. 269). Ela condensava a defesa do diretor de um projeto de nacionalização do cinema baseado no monopólio estatal (Idem, p. 267). Na verdade, esse era o tom do discurso de Glauber até 1974, de exaltação por seus projetos no âmbito econômico do cinema e uma perspectiva de certo modo positiva; no final da década, porém, a Embrafilme estava em crise e a postura de Glauber era bem diferente, com grande pessimismo em relação ao futuro do cinema brasileiro. Destacamos um trecho de

sua fala no programa *Abertura*, transmitido a partir de 1979 e no qual Glauber participou por quatro meses (SILVA; ARAUJO, 2012, p. 26-27) e reflete justamente sua posição de então:

Dediquei vinte anos da minha vida ao cinema brasileiro (...) e me encontro no Brasil marginalizado e sem ver nenhuma perspectiva de saída para o cinema, porque eu não vejo nenhuma perspectiva de saída para o atual sistema econômico que rege o Brasil. (SETOR..., 2020)

Essencialmente, neste trecho nota-se uma reafirmação da necessidade de superação do capitalismo defendida por Marx e de superação do neocolonialismo para o desenvolvimento econômico do Brasil, e, conseqüentemente, cultural – uma vez que este é correspondente às relações de produção. No caso do cinema, mais especificamente, tal visão de Glauber se justifica pela marginalização do cinema de autor e pelo domínio dos filmes da chamada “pornochanchada” no período. Estes, por não terem o cunho político do Cinema Novo, não seriam capazes de constituírem o cinema revolucionário como Glauber defendia.

De qualquer modo, uma segunda consequência do controle da produção pelos artistas do cinema, para Glauber, seria o fim da alienação destes trabalhadores. Como explicado por Emir Sader, na análise de Marx

(...) a alienação aponta para seu fundamento na categoria de trabalho. (...) O resultado do trabalho se enfrenta com seu produtor como um objeto alheio, estranho – está dado o mecanismo essencial de explicação da alienação. Como produtor, o operário não se sente sujeito, mas objeto do seu objeto. (SADER, 2007, p. 12-13)

Glauber percebe na indústria cinematográfica a alienação que Marx indica como característica das relações de trabalho do modo de produção capitalista. No caso do cinema, ela ocorre sobretudo na relação entre distribuidores/produtores e os artistas: os primeiros coordenam o dinheiro sem o qual a realização de um filme que busque ser exibido em um grande número de salas de cinema é impossível; os segundos, por sua vez, para poderem levar ao cabo suas obras, são obrigados a se sujeitar às condições impostas pelos que financiam, e portanto “(...) são alienados de seu trabalho e aceitam, em nome de uma *possibilidade de expressão*, a exploração dos produtores e distribuidores.” (ROCHA, 2004, p. 101-102). Assim, o “cinema de autor” (corrente vista por Glauber como a alternativa ao cinema comercial) fica em grande medida limitado pelos interesses econômicos do produtor-capitalista, e a ação criadora por trás do trabalho dos artistas se apaga. Não será preciso repetir a proposta que Glauber indica para a superação dessa problemática (ao menos na indústria do cinema), pois ela já foi exposto acima.

Por fim, destacamos que, a partir dos escritos de Glauber, infere-se que a revolução no cinema não depende da revolução socialista para ocorrer (ao menos na época da DIFILM, como mostramos; na época da Embrafilme e sua crise no final da década, essa possibilidade é por ele questionada): ou seja, a revolução integral a que Glauber se refere (ROCHA, 2004, p. 103) e trata como imprescindível para o sucesso do cinema independente, na verdade seria a revolução no âmbito da indústria cinematográfica. Ou seja, o controle dos meios de produção dos filmes pelos artistas, conforme já foi discutido, e a aplicação de uma estética anti-imperialista que interfira no campo das ideias – e que será importante na medida em que motive um ímpeto revolucionário para a transformação da realidade material.

O cinema revolucionário e o papel do cineasta

Mostramos anteriormente que, para Glauber Rocha, a revolução deve se dar em termos econômicos e culturais, não devendo um existir sem o outro. Portanto, como deve ocorrer a participação do cineasta na revolução cultural? E como ele deve interpretar a realidade social para retratá-la nos filmes?

Primeiramente, para Glauber, o cinema jamais deve se desconectar da realidade material e, desse modo, se limitar a discussões estéticas. Ou seja, não deve se desligar do processo dialético da história discutido por Marx. A questão do “cinema dialético” é reiterada pelo diretor em inúmeras passagens de *Revolução do Cinema Novo*, mas pode ser resumida por sua ideia de que, a partir do ponto em que o cinema passou a expressar a crise política, “o filme brasileiro se incorporou à política e tende, neste processo, a influenciar o processo dialético da História” (ROCHA, 2004, p. 60). Entender como se dá tal influência depende, também, de analisar como a linguagem se relaciona ao referido processo: para tanto, Glauber afirma que “a linguagem deve ser compreendida no sentido *marxista*, como expressão da consciência” (Idem, p. 152). A concepção a que Glauber se refere é a seguinte:

A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática (...); e a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens. Desde o início, portanto a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens (MARX; ENGELS, 2007, p. 34-35)

Nessa abordagem, Marx e Engels elaboram como a consciência, fundada nas relações dos homens com a natureza e entre si, se modifica conforme evolui historicamente a divisão

do trabalho: a partir de certo ponto nesse processo, quando há a divisão entre trabalho material e espiritual, “a consciência *pode* realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real” (Idem, p. 35). E é justamente esse distanciamento da realidade (que ocorre na consciência e, conseqüentemente, na linguagem) tratado por Marx que Glauber quer evitar em seu ofício: o diretor busca fazer uma discussão estética que nunca desconsidere a base material que permitiu que ela surgisse; busca representar em suas obras as relações sociais que existem na realidade brasileira, para, assim, manter a importância do cinema e seu papel no processo dialético (ROCHA, 2004, p. 75-76). Em diversas passagens, o diretor despreza o que ele caracteriza como o cinema “literário”, que, por não abordar suas temáticas “dialeticamente”, limitava-se a discussões “estetizantes”, e por isso seria um cinema burguês e idealista (Idem, p. 241).

Portanto, Glauber propõe uma estética (que também pode ser encontrada na obra de outros diretores do Cinema Novo) que rompe com o que era praticado no Brasil anteriormente: se, como mostrado no primeiro tópico, as gerações passadas de cineastas tentavam imitar os filmes norte-americanos – com personagens, roteiro, estilo, etc, que não expressavam a realidade do Brasil subdesenvolvido mas sim a realidade dos países desenvolvidos (e, mesmo contando histórias típicas do Brasil, o faziam sob uma ótica do colonizador) –, a geração do Cinema Novo deveria reconhecer a condição material a que o Brasil estava sujeito (Subdesenvolvimento, falta de recursos para a produção artística, etc) e expressá-la em seus filmes ao invés de escondê-la.

Essa proposta caracteriza a chamada “Estética da fome”, cunhada por Glauber em 1965 mas explícita já em *Deus e o Diabo* de 1964: neste filme, o diretor grava as cenas em locações reais, do nordeste brasileiro nesse caso, e não em estúdios montados (herança do Neorealismo italiano, movimento cinematográfico de cunho extremamente político que surgiu na Itália devastada após a Segunda Guerra, em que os cineastas também tinham que trabalhar com pouquíssimos recursos); utiliza a câmera na mão típica do cinema-verdade (tipo de documentário que busca o maior realismo possível [ROCHA, 2004, p. 71]); e, tematicamente, segue a “descoberta do Brasil” praticada pelo Cinema Novo (XAVIER, 2001, p. 28), buscando representar no cinema, sob a ótica das classes dominadas, regiões que antes eram ignoradas e os problemas sociais específicos que as afetavam. Em *Deus e o Diabo*, os camponeses sofrem

com a seca; em *Barravento*, uma comunidade de pescadores negros sofrem com a escassez porque estão sujeitos a pagar uma parte da produção ao proprietário da rede.

Antes de retratar a realidade, porém, é preciso interpretá-la de alguma forma. E para tanto Glauber se orienta pela concepção materialista da história de Marx. O diretor, tratando dos diferentes métodos de abordagem da realidade pelo *cinema-verdade*, afirma:

O problema é um problema de método: Como, diante de um determinado fato, o autor vai se comportar? Para mim, existe um método válido de análise que é o método marxista, isto é, um método de abstração para uma análise histórica de um fenômeno. (ROCHA, 2004, p. 75)

Isso significa que, em seu trabalho, Glauber sempre observa os fatos humanos tendo em vista o contexto histórico e social em que eles se inserem. Ele considera, a partir do método marxista, que as atividades humanas não são algo isolado da realidade, mas são condicionadas pelo contexto material com o qual os seres humanos se relacionam, e devem ser analisadas enquanto tal.

Finalmente, a partir dessas definições, podemos compreender melhor o que consideramos como o ponto principal no aspecto teórico da obra de Glauber Rocha, que orienta desde *Barravento* até *O Dragão da Maldade*: a defesa de um cinema revolucionário.

Porém, compreender porque ele seria revolucionário depende de entender como Marx define a dominação ideológica na sociedade, ponto que também seria influente para Glauber. Nas palavras de Marx e Engels, “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que á força *material* dominante da sociedade, é, ao mesmo tempo, a força *espiritual* dominante.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47). Ou seja, a classe que domina economicamente fará com que suas ideias apareçam como certas e universais para o resto da sociedade. Glauber interpreta a realidade brasileira nesses termos, mas sempre reassaltando o papel do imperialismo no caso particular do Brasil: a própria burguesia brasileira, cuja ideologia domina as outras classes, é colonizada, por sua vez, pela ideologia norte-americana (consequência da colonização econômica feita pelos países imperialistas).

Os filmes, na perspectiva de Glauber, são uma expressão dessa dominação econômica e cooperam para efetivá-la, de modo que uma luta pela independência da indústria cinematográfica se encaixa em uma luta pela independência econômica do Brasil como um todo. (ROCHA, 2004, p. 229-230). Por um lado, essa dominação aparece de uma forma mais evidente: na importação de filmes estrangeiros e seu predomínio no mercado. Por outro, de forma mais sutil na “estética do miserabilismo”, notável em filmes brasileiros que retratam

situações típicas do Brasil porém com a ótica do colonizador. Por isso, o Cinema Novo não busca apenas “representar” o Brasil, mas fazê-lo com “olhos proletários” como fez Nelson Pereira dos Santos e o Cinema Novo em seguida, segundo Glauber. (idem, p. 309).

Assim, em *O Dragão da Maldade*, por exemplo, não é simplesmente contada a história de um “matador de cangaceiros” em sua missão: as questões de classe dos personagens são colocadas em perspectiva e determinam suas motivações – abrindo espaço, inclusive, para que eles as questionem, como foi o caso de Antônio das Mortes. Este personagem antes fora contratado para proteger o latifundiário da cidade mas depois se apercebe de sua posição social e passa a ficar do lado das classes baixas. O cinema revolucionário de Glauber, portanto, se caracteriza por fazer essa “intervenção no campo das representações” (XAVIER, 2004, p. 24). Mas, para o diretor, isso só é possível por reconhecer o papel do cinema no processo dialético da história (como já discutimos ao tratar da concepção de linguagem).

O objetivo dessa intervenção cultural, que torna esse cinema revolucionário de fato, é incitar o sentimento revolucionário que já existe nas massas apesar de elas não de terem consciência disso por conta da ideologia que as domina. O papel do cineasta, portanto, não é ser um líder intelectual e político como Paulo Martins em *Terra em Transe*: este personagem é apresentado, a princípio, justamente como uma crítica aos revolucionários que se colocam como os mais importantes no processo revolucionário por terem uma base teórica e consciência política, enquanto que menosprezam o povo, que Paulo Martins define como “imbecil, analfabeto, despolitizado”. Pelo contrário, a postura que Glauber defende pode ser entendida a partir da seguinte exposição de Ismail Xavier: “Não é, portanto, a partir da reflexão dos intelectuais-professores que o oprimido chega à luz e parte para a resistência, mas pelo que vive em sua própria experiência, geradora do sentimento de absurdo e de revolta, fonte da violência que faz história. (XAVIER, 2004, p. 21). O papel do cineasta, para Glauber, é conscientizar as massas das condições que permitem sua exploração, e assim despertar o ímpeto revolucionário. Isto posto, nessa tentativa de conscientização compreende-se a certa evolução que existe entre *Deus e o Diabo* e *O Dragão da Maldade* e que já tratamos: o primeiro, como Glauber observa anos depois de seu lançamento, é demasiado literário, acadêmico; enquanto que o segundo prioriza uma relação mais próxima com o público.

Por fim, em todos os filmes citados, uma mensagem claramente influenciada por Marx se destaca: a defesa da revolução como forma de superar a exploração entre classes existente na sociedade capitalista. Até mesmo em *Terra em Transe*, com seu pessimismo e seu

protagonista Paulo Martins (que personifica durante grande parte do filme os problemas que Glauber observa na esquerda brasileira), no fim a mensagem mencionada acima permanece: Paulo Martins se redime e assume a luta armada. Assim como Corisco, em *Deus e o Diabo*, que com sua fala conclui tudo que havia sido mostrado no filme até então: “homem nessa terra só tem validade quando pega nas armas para mudar o destino.”.

Considerações finais

Com tudo que foi apresentado, buscamos mostrar que sem a concepção materialista da história, que orientou a análise da sociedade brasileira por Glauber e reflete tanto nos roteiros de seus filmes quanto no que considera a postura correta do cineasta na produção cinematográfica; sem a compreensão do imperialismo em termos de ideologia; enfim, sem a influência de Marx, a contribuição cultural da obra de Glauber e sua atividade por trás das câmeras teriam tomado um rumo totalmente diferente. A “Estética da Fome”, que mudou a história do cinema e influenciou inúmeros artistas brasileiros e estrangeiros, poderia não existir caso Glauber não desse tanta importância às condições materiais do Brasil e, na linha de Marx, observasse como elas condicionam as ideias. Com a apresentação das categorias de Marx sob a perspectiva de Glauber, buscamos auxiliar a melhor compreensão dos inúmeras significações dos trabalhos deste artista brasileiro tão importante.

Por outro lado, de modo algum acreditamos que seria possível encerrar uma discussão sobre o tema em apenas um artigo. A riqueza dos filmes deste diretor e as inúmeras frentes sob as quais se pode analisá-los, as transformações de seu pensamento no decorrer dos anos e a enorme influência de marxistas como Frantz Fanon abrem espaço para inúmeros outros trabalhos.

Como destacado por Ismail Xavier, a partir de Fanon, por exemplo, pode-se investigar melhor como Glauber entende a natureza do processo revolucionário no mundo subdesenvolvido e a legitimação da violência nele. Não por acaso em *Barravento* o diretor acompanha uma comunidade de pescadores até o momento de culminância que dá nome ao filme: “o momento de violência, quando as coisas de terra e mar se transformam, quando no amor, na vida e no meio social ocorrem súbitas mudanças”, como o letreiro inicial informa. De forma análoga, em *O Dragão da Maldade*, pouco antes do assassinato do latifundiário, o professor anuncia: “Quem está falando é o homem que nunca derramou sangue de ninguém,

mas agora está disposto a derramar o sangue dele para vingar a metade desse sertão injustiçado.". Em ambos os casos a violência é mostrada como a resolução lógica dos conflitos sociais existentes; a consequência da exploração sofrida pelo oprimido, e, por isso, uma reação legítima deste. (XAVIER, 2001, p. 128-132). A interpretação do subdesenvolvimento para a realidade brasileira ocupa um espaço central no pensamento de Glauber, muito inspirado pelo clássico texto de Paulo Emílio *Uma Situação Colonial*, a tal ponto que o diretor afirma que "antes de países países capitalistas ou socialistas, fascistas ou católicos, somos países subdesenvolvidos" (ROCHA, 2004, p. 184). Tal afirmação não implica uma recusa ao socialismo, é antes a reiteração de que sem o desenvolvimento econômico nacional o país não tem condições de se libertar do imperialismo norte-americano, que colonizou ideologicamente e economicamente o Brasil.

Além disso, há espaço para uma discussão referente a distanciamentos que podem ser encontrados na interpretação de Glauber em relação ao que Marx realmente defendeu, ou seja, em que medida sua interpretação foi correta ou não. Esse é um debate que não nos propomos a fazer pois nos limitamos a apresentar tal interpretação e buscar sua origem, mas, sem dúvida, seria uma pesquisa importante.

Fontes

1. **Barravento**. Direção: Glauber Rocha. Produção: Iglu Filmes. Brasil – 1961. 80min.
2. **Deus e o Diabo na Terra do Sol**. Direção: Glauber Rocha. Produção: Copacabana Filmes. Brasil – 1964. 118min.
3. **Terra em Transe**. Direção: Glauber Rocha. Produção: Mapa Produções Cinematográficas Ltda. Brasil – 1967. 107min.
4. **O Dragão da Maldade Contra o Santo Guerreiro**. Direção: Glauber Rocha. Produção: Mapa Filmes. Brasil – 1969. 95min.

Referências Bibliográficas

- BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru: EDUSC, 2004
- GOMES, Paulo Emílio Sales. **Cinema: Trajetória no subdesenvolvimento**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo, 2007
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

- ROCHA, Glauber. **Revolução do Cinema Novo**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- SADER, Emir. Apresentação. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo, 2007
- SETOR ESTRATÉGICO. **Glauber Rocha - Programa Abertura - TV Tupi - 1979 - 1980**. 2020. 1 post (73min 41s). Postado em: 2020. Disponível em: <<https://youtu.be/eHZ5XKEbgGQ>>. Acesso em: 14 ago. 2020.
- SILVA, Alexandre Rocha da; ARAUJO, André Corrêa da Silva de. Glauber e o transe na televisão: o caso Abertura. In: **Fronteiras- estudos midiáticos**, v.14, n.1, São Leopoldo, 2012.
- XAVIER, Ismail. **O cinema brasileiro moderno**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- XAVIER, Ismail. Prefácio. In: ROCHA, Glauber. **Revolução do Cinema Novo**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

Memórias de dor e morte de um trabalhador: Resultados de uma pesquisa de Iniciação Científica sobre verticalização urbana e acidentes laborais em Campina Grande/PB (1996-2012)

Autor: Felipe Cardoso de Souza
Universidade Federal de Campina Grande
E-mail: felipe.cardoso@estudante.ufcg.edu.br

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar os resultados obtidos pela pesquisa de Iniciação Científica “Mundos do trabalho: A construção civil em Campina Grande/PB e os trabalhadores envolvidos em seu processo de verticalização (1996-2013)”, desenvolvida pelo autor entre os anos de 2018 e 2019 sob orientação do professor Dr. José Otávio Aguiar (UAHis/UFCG). O Projeto teve como objetivo analisar os conflitos nos mundos do trabalho da construção civil que permearam o processo de verticalização urbana em Campina Grande/PB, entre o período de 1996 e 2012, com ênfase nos acidentes de trabalho. O campo teórico-metodológico utilizado baseou-se nos expoentes da História Social, em diálogo com os autores Thompson (2004) e Benjamin (1985). Buscamos a partir do Projeto construir uma narrativa que contemple as tensões da história dita do progresso, que narra os prédios e arranha-céus como monumentos de modernidade e desenvolvimento citadino, e exclui os conflitos e as histórias que se constroem diariamente nas lides da construção civil.

Palavras-chave: Verticalização em Campina Grande/PB; Acidentes na construção civil; Progresso; Catástrofe.

Agradecimentos

Ao meu orientador José Otávio, à CAPES e aos colaboradores do Projeto.

Introdução

O processo de verticalização urbana no Brasil começa a se projetar a partir do século XX, sendo São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ as cidades que deram início a esse processo. Em Campina Grande, os edifícios *O Rique*, *O Palomo* e *O Lucas*, construídos entre as décadas de 1950 e 1960, inauguraram o processo de verticalização da urbe, trazendo uma sensação de modernidade e desenvolvimento citadino.

No entanto, a partir da década de 1990 tem-se o ápice da verticalização da cidade, com a publicação do Plano Diretor de 1996. Em cumprimento da Lei nº 3.236, não somente Campina Grande, mas várias cidades do país criaram seus planos diretores, pois, de acordo com Bonates (2010, online) “a determinação constitucional [...] definia esse plano como o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, aprovado pela Câmara Municipal e obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes”. A partir disto, a indústria da construção civil cresceu intensivamente a partir da propaganda do “bem morar”, que atende aos interesses do capital contemporâneo e do progresso, conforme analisado no referido Projeto de Iniciação Científica objeto deste artigo.

Segundo a “história oficial”, que narra o progresso e os feitos dos grandes homens, a verticalização dos grandes centros urbanos no século XX surge enquanto um novo símbolo de modernidade e progresso. Para Le Goff (1998, p. 126), estas cidades do século XX “desafiam o céu, não mais num impulso em direção a Deus, mas numa afirmação do homem”. Todavia, em confronto a essa história estão os conflitos travados nos mundos do trabalho que atravessam a construção destes monumentos, a exemplo das condições de trabalho às quais os operários se submetem, acidentes de trabalho e até mortes.

Tradicionalmente, as campanhas de marketing de imóveis desta indústria são hiperotimistas e se baseiam em um desejo de consumo muito ligado ao imaginário da felicidade proporcionada pelo “bem morar”. No entanto, em uma narrativa contrária a este projeto de modernização urbana e progresso, apresenta-se o problema alvo do nosso Projeto de Iniciação Científica: os acidentes de trabalho ocorridos no processo de verticalização da cidade de Campina Grande, nas lides da construção civil, que se desenvolvem a partir da exploração e degradação humana. Não raro, para cada grande sonho de realização de engenheiros e empreiteiros, mortes e acidentes de trabalho têm lugar.

Das justificativas delimitadas para o Projeto

A primeira justificativa que destacamos para o desenvolvimento do Projeto reside na invisibilidade dos acidentes de trabalho na grande mídia e na sociedade, uma vez que estes acidentes não são tradicionalmente vistos em nossa sociedade como um problema que tem destaque nas manchetes da grande mídia. Segundo o jornalista Marshall (2003, p. 91),

a imbricação dos cânones da lógica publicitária com os princípios da imprensa e do jornalismo fez com que hoje o processo de produção, processamento e distribuição da informação seja de natureza essencialmente light, relativista, transgênica, marketizada, mercantilizada e mercadorizada. Os jornais passam a ser feitos preferencialmente para agradar a todos e, sobretudo, o capital. Diluem-se as referências e os imperativos que sustentavam os pilares do jornalismo idealizados pelas cartilhas e pelos manuais (MARSHALL, 2003, p. 91, grifo nosso).

Não obstante, os sinistros laborais são reproduzidos na grande mídia apenas como acidentes inevitáveis, não são tratados como violência do capitalismo contra o trabalhador. As entradas de acidentes de trabalho na construção civil são diárias, porém, com frequência, não são noticiados nos jornais e, quando os vemos, partem de algum “desastre quase natural”, com o intuito não de expor as más qualidades de trabalho aos quais os operários são submetidos, mas sim de hiperdramatizar a história simplesmente para vender jornais (ou manchete em outros meios de comunicação de massa, considerando o mundo digital contemporâneo).

A escolha pelo estudo de caso de Campina Grande se deu em razão de a Paraíba estar entre os 10 estados que mais se verticalizaram entre os anos de 2000 e 2010, sendo João Pessoa uma das capitais com maior aumento neste processo¹. E Campina Grande é a 57ª maior cidade do país, segundo o site Exame², além de possuir um setor industrial importante para o estado da Paraíba, para a região e para o país, segundo Pereira (2008). De acordo com estimativas recentes do IBGE, do ano de 2018, a população de Campina Grande era de 407.472 habitantes³, sendo a segunda cidade mais populosa da Paraíba. Um dos setores mais promissores de trabalho nas últimas décadas tem sido o da construção civil.

¹ Cf. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. O aumento da verticalização no país. Disponível em <<http://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/o-aumento-da-verticalizacao-no-pais.html>> Acesso em 04 de Junho de 2019.

² Cf. SOUZA, Beatriz. As 200 cidades mais populosas do país. Disponível em <<https://exame.abril.com.br/brasil/as-200-cidades-mais-populosas-do-brasil/>> Acesso em 04 de Junho de 2019.

³ Cf. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados disponíveis em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/panorama>> Acesso em 04 de Junho de 2019.

Sobre o recorte temporal, delimitamos como início 1996 por essa data marcar o início do ponto-ápice da verticalização da cidade, a partir da publicação do Plano Diretor municipal; e nos estenderemos até 2012 em função de marcar o auge da verticalização da cidade, que foi entre 2007 e 2012, período em que cerca de 100 prédios novos com mais de 10 andares foram construídos no município⁴. Uma das motivações que consideramos ainda relevante à nossa proposta temporal foi da sua aproximação com a chamada “História Imediata”, ou do tempo presente, destacando o que Sevckenko (2001, p. 17) chama atenção:

Deixamos para pensar nos prejuízos depois, quando pudermos. Mas o problema é exatamente esse: no ritmo em que as mudanças ocorrem, provavelmente nunca teremos tempo para parar e refletir, nem mesmo para reconhecer o momento em que já for tarde demais (SEVCENKO, 2001, p. 17).

Outra justificativa para o Projeto reside na ausência de trabalhos sobre esta temática na historiografia local, a partir de uma revisão bibliográfica realizada através dos repositórios institucionais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (CAPES), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Nestes repositórios, os trabalhos acadêmicos analisados em História que têm como eixo temático acidentes de trabalho possuem recortes temporais anteriores ao recorte proposto pelo projeto e não se limitam especificamente ao ramo da construção civil. Sobre o nosso espaço, Campina Grande/PB, por sua vez, identificamos uma produção relativamente vasta. Entretanto, apesar desta produção relativamente vasta, identificamos uma lacuna em trabalhos que articulem os mundos do trabalho e seus conflitos nos limites da História Imediata.

Desta feita, o Projeto de pesquisa buscou contribuir para uma área ainda pouco visitada na historiografia local, na tentativa de questionar olhares naturalizados da sociedade sobre um edifício construído ou em construção, chamando atenção para histórias invisibilizadas pelo cotidiano, que nos falam de humanidades esquecidas, de trajetórias de trabalhadores que tecem as formas e cores urbanas sem que para isso deixem em suas obras assinaturas individuais ou direitos autorais.

⁴ Dados obtidos a partir do projeto de pesquisa de Iniciação Científica *Mundos do trabalho: A construção civil em Campina Grande/PB e os trabalhadores envolvidos em seu processo de verticalização (1996-2013)*, submetido ao Procad/CAPES, obtendo aprovação e financiamento, sendo desenvolvido entre o período de 2018 e 2019.

Dos objetivos recortados para o Projeto

Conforme já exposto, o Objetivo geral do projeto foi analisar os conflitos nos mundos do trabalho que permearam o processo de verticalização urbana movido em Campina Grande/PB, entre o período de 1996 e 2012, com ênfase nos acidentes de trabalho que marcaram a vida de operários.

Os Objetivos específicos que delimitamos para o Projeto foram: 1) Compreender a relação existente entre verticalização urbana e progresso; e as peculiaridades do processo de verticalização movido em Campina Grande; 2) Investigar as condições de trabalho a que os operários foram diariamente submetidos em Campina Grande e a produção de um discurso de culpabilidade sobre estes trabalhadores na ocasião dos acidentes laborais; e 3) Investigar as trajetórias de vida dos operários acidentados e de suas famílias em casos de acidentes não-fatais e fatais; e a atuação dos sindicatos ligados à construção civil nestes casos.

Sobre a Revisão bibliográfica da temática do Projeto

Em uma primeira prospecção ao “estado da arte”, realizados nos repositórios mencionados, localizamos poucos trabalhos em História que abordassem a temática dos acidentes laborais na construção civil, sobretudo em recortes temporais próximos da História Imediata. No entanto, citamos um trabalho que inspirou o nosso projeto, trata-se da Tese de Doutorado em História de Silva (2016), que pesquisou sobre os acidentes de trabalho ocorridos na cidade de João Pessoa/PB durante a Ditadura Militar, narrando a condição destes trabalhadores após os acidentes e as políticas públicas existentes para lidar com o problema.

Sobre verticalização urbana encontramos uma produção ainda tímida em História, contudo destacamos os trabalhos de Alves (2015; 2017), que pesquisou sobre a militância da APAN (Associação Paraibana Amigos da Natureza) e sua articulação contra a verticalização movida na orla de João Pessoa/PB; o de Aguiar (2017), que pesquisou sobre a militância das organizações não-governamentais de Campina Grande/PB contra o seu processo de verticalização; e o de Barbosa (2018), que pesquisou sobre aspectos sociais, econômicas e ambientais que marcaram o processo de verticalização movido em Campina Grande/PB.

Do referencial teórico-metodológico do Projeto

Como bem sabemos, a fonte não fala por si, sendo o historiador o responsável por construir uma leitura a partir de sua abordagem às fontes. Neste sentido, o quadro teórico-metodológico que a pesquisa se baseou concentrou-se no campo da História Social e dos procedimentos da História Oral. Damos ênfase em 3 conceitos e uma problemática proposta por um dos autores que compuseram o quadro teórico do Projeto. Lançamos mão dos conceitos de “Luta de classes” e “História vista de baixo”, do historiador inglês Edward Palmer Thompson; e do conceito de “História a contrapelo”, de Walter Benjamin, bem como, da problemática que o autor propõe sobre a relação entre “cultura material, progresso e catástrofe”. Finalmente, para a leitura das entrevistas orais dialogamos com a historiadora Verena Alberti.

Para Mattos (2014, p. 23), Thompson, ao acentuar a “agência” da classe trabalhadora, “foi tomado como referência fundamental para uma história do trabalho, que começava a enxergar os trabalhadores como ‘sujeitos de sua própria história’”. Sobre sua principal obra, *A formação da classe operária inglesa*, publicada em 1963, este trabalho torna-se grande influência para pesquisadores de todo o mundo que se lançam a estudar a classe trabalhadora nos seus países.

Um dos fatores que nos motivam a dialogar com Thompson está no que Scott Hamilton chama atenção, para o fato de que “Thompson não está só descrevendo a história distante da primeira potência industrial do mundo; ele está dizendo alguma coisa sobre a situação de bilhões de seus contemporâneos” (HAMILTON, 2011, p. 123 apud MATTOS, 2014, p. 22).

Em seu conceito de “Luta de classes”, Thompson (2004) define que “classe” é uma relação, e que esta

acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade dos seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram, ou entraram involuntariamente (THOMPSON, 2004, p. 10, grifo nosso).

Ainda para Thompson (2004), uma “História vista de baixo” tem como objetivo “resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do ‘obsoleto’ tear manual, o artesão ‘utópico’ [...]. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se

foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais” (THOMPSON, 2004, p. 13).

O diálogo com Walter Benjamin, por sua vez, nos apresenta a problemática proposta pelo autor entre “cultura material, progresso e catástrofe”, no sentido em que os edifícios, enquanto elementos de progresso, são construídos sob opressão à classe trabalhadora, resultando desta problemática o conceito de “catástrofe”, afirmando que “a catástrofe é o progresso, o progresso é a catástrofe” (BENJAMIN, s/d, p. 1244 apud LÖWY, 2002, p. 204). Walter Benjamin se opõe radicalmente ao progresso que o capitalismo promete e veicula, o definindo como ilusório. Segundo Löwy (2002, p. 205), “Benjamin ataca a ideologia do progresso em todos os seus componentes”.

Benjamin, em suas *Teses sobre a história*, publicada em 1940, chama atenção para o fato de que “nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento de barbárie” (BENJAMIN, 1985, p. 225), construídos sobre a exploração, opressão e massacre à classe trabalhadora. O autor ainda defende que os bens culturais são produzidos pela labuta dos trabalhadores, mas estes bens tornam-se monumentos da classe dominante e celebram a grandeza dos vitoriosos, dos vencedores. Löwy (2002, p. 203) explica que o termo “vencedor” “não faz referência a batalhas ou guerras habituais, mas à ‘guerra de classes’”. Neste sentido, percebemos um diálogo entre Benjamin (1985) e Thompson (2004), no que se refere ao conceito de “Luta de classes”, representada nos conflitos travados entre patrão e empregado no estudo proposto pelo presente projeto de pesquisa.

Semelhantemente, o conceito de “História vista de baixo” de Thompson (2004) dialoga com o conceito de “História a contrapelo” de Benjamin (1985, p. 225), pois podemos construir uma narrativa que contemple outras versões e outros agentes históricos: dos vencidos e oprimidos, o que no nosso projeto se traduz aos dissabores laborais dos operários da construção civil em Campina Grande/PB.

A História Oral apresenta uma contribuição equitativa em relação aos documentos escritos a serem utilizados para o presente estudo, pois esta metodologia fornece ferramentas para captar não somente a fala do colaborador, mas também as emoções, as expressões, o silêncio e a entonação do colaborador; além de ter a capacidade de “dar voz’ às minorias e possibilitar a existência de uma História ‘vinda de baixo’” (ALBERTI, 2005, p. 157), em consonância aos conceitos utilizados para este projeto de pesquisa e apresentados anteriormente. Segundo a referida autora, a História Oral se volta para a “História dos

humildes, dos primitivos, dos ‘sem História’ (em oposição à História da civilização e do progresso que, na verdade, acabava sendo a História das elites e dos vencedores)” (ALBERTI, 2005, p. 158).

Dialogando com Alberti (2005), destacamos o que Thompson (2002, p. 16) chama atenção a respeito da História Oral, afirmando que esta “tem um poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder, e cujas vozes estão ocultas porque suas vidas são muito menos prováveis de serem documentadas nos arquivos”. O autor ainda defende que a História Oral

é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. [...] Ajuda os menos privilegiados [...]. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações (THOMPSON, 1992, p. 44).

Desta forma, podemos pensar em um diálogo bastante promissor entre a História Oral e a perspectiva teórico-metodológica thompsoniana, no sentido em que a História Oral dá voz a sujeitos históricos esquecidos e invisibilizados.

Portanto, nos apropriamos deste quadro teórico-metodológico no intuito de escrever uma história a contrapelo da história dita do “progresso”, representada pelos símbolos de modernidade citadinos, contemplando e dando voz aos agentes históricos invisibilizados e esquecidos pela História, narrando suas lutas e conflitos muitas vezes marcados com sangue e que não chegam às manchetes dos jornais ou à casa das pessoas em forma de notícia.

Das Fontes e dos Resultados

A construção que vimos pronta, como o produto final do mercado imobiliário, foi antes cenário de sociabilidades dos operários, labores diários, mas também acidentes e, em pior das situações, morte de operários, história essa que, obviamente, não aparece no banner de venda de um imóvel. Em nossa experiência no desenvolvimento do Projeto de Pesquisa podemos conhecer uma história em particular que muito nos fala sobre a problemática proposta pelo presente projeto; história de suor, queda e dor de um trabalhador vitimado por acidente de trabalho e que viu um amigo morrer na construção e o Estado procurar ansiosamente um culpado dentre os peões, na tentativa de eximir da culpa o empreiteiro e culpabilizar a classe trabalhadora.

Muitas destas histórias acontecem com frequência no cotidiano do mundo da construção civil, mas que não são vistas depois que o imóvel é construído e vendido. Histórias que permanecem na invisibilidade, caso o historiador não vá buscá-las e recontá-las, colocá-las como destaque, como história principal, contrapondo-se à história vista “de cima”, em que a verticalização é símbolo e monumento de progresso e de modernidade.

Em entrevista concedida ao Projeto, o Mestre de obras Seu Luis relata parte de sua experiência sobre o tempo em que desenvolveu seu ofício, que compreende o período proposto em nossa pesquisa. Em entrevista, Seu Luis relata detalhes da problemática dos acidentes de trabalho e alguns casos que presenciou em sua carreira.

Inicialmente, consideramos para nossa pesquisa imprescindível destacar a realidade da luta de classes dentro das relações entre patrão e empregado. Para Thompson (2004, p. 10),

a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade dos seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram, ou entraram involuntariamente (THOMPSON, 2004, p. 10).

Hobsbawm (2000, p. 34), por sua vez, em revisão e reflexão ao conceito de “classe” em Marx afirma que

Marx jamais escreveu de modo sistemático sobre o assunto. [...] Em outros momentos, Marx usou o termo “classe” em dois sentidos bastante diferentes, de acordo com o contexto. Primeiro, ele podia significar aqueles amplos conjuntos humanos que podem ser reunidos sob uma classificação segundo um critério objetivo – por manterem relações similares com os meios de produção –, e mais especificamente, os agrupamentos de exploradores e explorados [...] (HOBSBAWM, 2000, p. 34, grifo nosso).

Portanto, inserimos o Mestre de obras na classe trabalhadora, dentro desta realidade de exploradores e explorados dentro da luta de classes.

Sobre os acidentes de trabalho o colaborador afirma que a responsabilidade destes “depende do executor⁵, muito. Não é do engenheiro não, não é do arquiteto não, não é do ministério não, é do executor, entendeu? Eu sou quem tem que ter cuidado para que não aconteça isso”. Portanto, podemos perceber na fala do trabalhador que inconscientemente ele se responsabiliza pelos acidentes de trabalho, enquanto classe, retirando desta forma, e de forma inconsciente, a responsabilidade do patrão sobre os acidentes de trabalho.

⁵ Refere-se ao Mestre de obra.

O Mestre afirma que já foi vítima de acidente de trabalho, o que nos sugere que mesmo sendo ele capacitado no que tange às prevenções contra os acidentes, bem como experiente no ofício, o acidente pode acontecer com qualquer trabalhador, pois pode ocorrer também de forma imprevisível, o que reforça a necessidade de que o contratante deve garantir sua responsabilidade e prover dos meios necessários para que a integridade física do trabalhador seja preservada, a exemplo da distribuição dos equipamentos de proteção individual (EPI's) e sua devida fiscalização por meio de um profissional qualificado, a exemplo de um profissional de segurança do trabalho, no intuito de orientar sobre o uso correto dos equipamentos e dar suporte na prevenção contra acidentes de trabalho.

O colaborador relata um caso de acidente o qual presenciou:

[...] numa quinta-feira santa, Juarez era um carpinteiro bom, disse “vamos terminar aqui para a gente largar de três horas”. Ele estava rolando um tronco de madeira, [...] quando ele pisou, ele foi, e a mão dele entrou⁶. Ah, meu amigo!⁷ Me chamou, pois eu era o mestre da obra. Meu amigo, para a gente chegar na estrada de Santa Teresinha com essa roupa *melada* de sangue foi confusão, a mulher⁸ endoideceu, entrou em pânico. [...] Fomos ao hospital, tirei a roupa, minha camisa, tirei até minha camisa, *repara* na agonia do mestre de obra, enrolei, enrolei, enrolei, pois tem que parar logo né?!⁹. Tirei a dele também, enrolei no braço dele, aí prendeu, prendeu, prendeu, foram lá e pegaram uma *tira*, porque tem que estacionar aqui, olha¹⁰.

O colaborador continua, nos informando como deu a notícia à esposa da vítima e fazendo o desfecho do ocorrido:

Quando chegamos em Santa Teresinha, para dizer à mulher que ele estava no hospital¹¹, e agora, como é que eu vou dizer? Com essa roupa toda *melada* de sangue? Agora *lascou*. Eu tive que ir. [...] “Juarez teve um acidente, aqui está a roupa dele¹², mas calma, calma, ele está bem, ele está já chegando aí”. E ficou aquela agonia, endoideceu, eu disse “não, não, ele está já chegando, pode esperar que ele está já chegando”. Mas foi trabalhar no outro dia com a mão cortada.

Podemos conhecer uma história dentre muitas que acontecem com frequência no cotidiano do mundo da construção civil, mas que não são vistas depois que o imóvel é construído e vendido. História que permanece na invisibilidade, caso o historiador não vá buscá-la e recontá-la, colocá-la como destaque, como história principal, contrapondo-se à

⁶ O entrevistado refere-se à máquina de corte.

⁷ Entrevistado apresenta expressões de desespero na sua fala.

⁸ Esposa da vítima.

⁹ Colaborador gesticula referindo-se ao sangue.

¹⁰ Demonstra com seu braço o procedimento.

¹¹ Colaborador manifesta expressão de receio e dificuldade.

¹² Nesse momento o colaborador faz expressão de choro, remetendo-se ao desespero da mulher naquele momento.

história vista “de cima”, em que a verticalização é símbolo e monumento do progresso e da modernidade.

Essas histórias também não são noticiadas nos jornais, os acidentes e mortes de trabalho são vistos apenas como acidentes, inevitáveis, não são tratados como violência ao trabalhador, as entradas de acidentes de trabalho na construção civil são diárias, porém não vimos os casos noticiados nos jornais e, quando vimos, parte de algum desastre no intuito não de expor as más qualidades de trabalho aos quais os operários são submetidos, mas sim no intuito de hiperdramatizar a história, simplesmente para vender jornal (ou notícia em outros meios de comunicação de massa, considerando o mundo contemporâneo completamente digital). Segundo o jornalista Leandro Marshall,

a imbricação dos cânones da lógica publicitária com os princípios da imprensa e do jornalismo fez com que hoje o processo de produção, processamento e distribuição da informação seja de natureza essencialmente light, relativista, transgênica, marketizada, mercantilizada e mercadorizada. Os jornais passam a ser feitos preferencialmente para agradar a todos e, sobretudo, o capital. Diluem-se as referências e os imperativos que sustentavam os pilares do jornalismo idealizados pelas cartilhas e pelos manuais (MARSHALL, 2003, p. 91, grifo nosso).

Outra questão que o colaborador sugere de forma indireta em seu relato é a situação que fica o trabalhador vítima de acidente de trabalho após o acidente. Na ocasião relatada pelo colaborador, a vítima no outro dia voltou a trabalhar, o que sugere um auxílio precário a estas vítimas no âmbito da saúde pública e um auxílio completamente inexistente por parte do patrão. Quantas destas vítimas têm um auxílio médico e tratamento devido? Quantas são assistidas financeiramente pela empresa contratante, sobretudo em casos de óbito? O trabalhador precisa cumprir com seus compromissos financeiros, no sentido de subsistência, desta forma, aqueles que precisam ficar meses sem trabalhar, será que são assistidos de forma adequada? O trabalhador que é o provedor financeiro de sua família e vai a óbito por acidente de trabalho, tem sua família assistida financeiramente? Tais questionamentos estão implícitos nos prédios que vimos nas cidades modernas, onde o concreto possui sangue misturado à massa.

Quando perguntado se lembra de algum um caso de trabalhador que foi a óbito, o colaborador afirma que sim, e narra:

Morreu um amigo meu de Cabaceiras, em uma obra. Era um trabalhador de muita confiança, bacana... Aí ele disse “Seu Granfino”¹³, eu terminei minha tarefa”, eu disse

¹³ Apelido do Mestre de obras Seu Luis.

“Você já terminou sua tarefa (era para ele ir trabalhar sexta-feira de tardezinha, 4 horas da tarde) então deixe para você vim trabalhar segunda-feira, porque você está mais inteiro, então é melhor”, aí ele disse “Não, é porque eu vou querer trabalhar mais”.

Nesse momento, o colaborador vai buscar um pedaço de papel e uma caneta para nos demonstrar como foi o caso do falecimento do operário, ao retornar, desenha uma esfera e continua:

Isso aqui era um buraco de 10 metros de diâmetro e dez de profundidade [...]. Aqui tinha uma bomba, aqui outra e aqui outra, e aqui um guincho, para extrair o material daqui e levar embora. Ele chegou e eu disse “Olhe, você quer trabalhar?”, ele disse “Quero”, eu disse “Você fica aqui dentro desse buraco (tinha dez homens), você fica aqui dentro desse buraco e seu trabalho é só nas bombas (porque elas ficam rodando e juntando capim, aí fica entupindo, aí perdia a produção e o buraco ia criar água) [...]”. Quando deu 10 horas da noite ele saiu daqui e foi pegar no guincho, vazou corrente, tinha os 10 *caba* dentro, se tivessem de pé descalço tinha morrido tudo¹⁴, ele morreu sozinho.

O colaborador prossegue fazendo o desfecho do caso: “Eu fui na delegacia ainda umas cinco vezes ainda depor, saber se o eletricitista tinha raiva dele, se o mestre tinha raiva dele, se algum trabalhador ficou intrigado”. Ao perguntarmos quando foi este caso, o colaborador nos informa que foi em 1981¹⁵.

No caso narrado pelo colaborador fica clara a forma como o patrão lida com a problemática dos acidentes de trabalho: sempre procurando um peão para culpar. No caso citado, qualquer fala que sugerisse algum conflito entre a vítima e qualquer um dos operários, o patrão se eximiria da responsabilidade e a colocava sobre o operário. Entretanto, este tipo de situação e conduta faz parte do projeto do capitalismo, quanto mais tira a responsabilidade do patrão, mais se tira do trabalhador e mais o patrão acumula lucro, em cima da exploração do trabalhador.

Muitas histórias como essa permanecem silenciadas, omitidas, nos momentos da entrevista em que o colaborador demonstra o seu desespero enquanto classe trabalhadora, percebemos a marca da opressão. O Mestre que se sente culpado não sabe que o culpado não é ele. Na música *Construção*, de Chico Buarque (1971), vimos que o operário “morreu na contramão atrapalhando o tráfego”, ou seja, o trabalhador ainda em sua morte é culpado por fazê-lo na contramão e ainda atrapalhar o tráfego. O trecho da música representa a ideia calculadamente introjetada nos trabalhadores, que diz que eles que são os culpados pelos

¹⁴ O colaborador já havia nos informado que a estrutura era de ferro.

¹⁵ Este foi um período de muitos acidentes de trabalho na construção civil em função da efervescência nas construções que marcaram o período dito do “milagre econômico” e das ditas “obras faraônicas”.

acidentes e por suas próprias mortes, atendendo aos interesses do patrão. Desta forma percebemos uma história trágica e um progresso catastrófico se vista pelo lado dos vencidos (BENJAMIN, 1985).

Uma força indispensável nesta relação entre patrão e empregado é a sindical. A função social dos sindicatos teoricamente é mediar os conflitos existentes entre os trabalhadores e seus patrões. Todavia, na prática, é possível que alguns sindicatos não cumpram suas funções. Desta forma, em nossa pesquisa julgamos indispensável a investigação do papel dos sindicatos.

Em nossa pesquisa, fizemos visitas ao Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Campina Grande, na busca de levantar mais fontes para a pesquisa. Nossos objetivos eram acessar os documentos que quantificam os acidentes de trabalho ocorridos em Campina Grande no período proposto e, a partir disto, apurar do sindicato como este atua nestes casos e media os conflitos. Entretanto, ao cumprimentarmos e seguirmos com a apresentação da pesquisa, a recepção do responsável mostrou-se pouco receptiva e pouco engajada.

Na entrevista que realizamos com o Mestre de obras, percebemos na fala do Mestre que o sindicato se preocupa apenas em fornecer informações sobre segurança do trabalho e saber se estas medidas estão sendo cumpridas, nada foi mencionado sobre sua atuação do momento do acidente em diante, o que dá um indicativo de que a partir das informações repassadas a responsabilidade é toda do trabalhador, reforçando assim os interesses do patrão.

Sobre as fontes documentais que requerimos do sindicato para análises, nos foi informado de que lá não havia mais documentos, que foram todos levados para outra esfera, alegando que os mesmos só possuem validade de cinco anos e que por isso nenhum se encontrava mais lá.

A partir desta análise, percebemos que a atuação do sindicato atende aos interesses não dos trabalhadores, mas das classes dominantes, que detêm o poder do capital e são interesses que conflitam com os interesses dos trabalhadores dentro da realidade da luta de classes (THOMPSON, 2004, p. 10). Contudo, calar os oprimidos, os pobres, os de baixo, sempre foi um interesse da classe dominante, desta feita, o papel do sindicato em dificultar o acesso às fontes, ou mesmo de não preservar estas, contribui para os interesses da classe dominante, em que um deles é não contar a história dos de baixo, silenciá-los, omiti-los, e a sociedade continuando sem saber destas lutas travadas e do sangue derramado e apagado.

Sobre a atuação dos sindicatos dentro destas relações conflituosas e cheias de interesses em conflito, Hobsbawm (2000, p. 396) afirma que

apesar do fato de nossas gerações terem sofrido do capitalismo uma lavagem cerebral para acreditar que a vida é o que o dinheiro pode comprar, há mais nesse movimento do que pedidos de aumento de salário. Há mesmo mais do que desespero quanto a uma sociedade incapaz de dar aos seus membros o que eles precisam, uma sociedade que força cada indivíduo ou cada grupo a cuidar de si próprio e não se importar com o resto, já foi dito: “Dentro de cada trabalhador existe um ser humano tentando se libertar” (HOBSBAWM, 2000, p. 396, grifo nosso).

Considerações finais

Ao final cabe observar que, partindo de nossa pesquisa, observamos que o processo de verticalização de Campina Grande fez parte de um projeto que busca a modernização, o desenvolvimento e o progresso; e que atende aos interesses do capital contemporâneo e reafirma o esquecimento destas histórias que se contrapõem às narrativas do progresso.

A construção que vimos pronta, como o produto final do mercado imobiliário, foi antes cenário de sociabilidades dos operários, labores diários, mas também acidentes e, em pior das situações, morte de operários, história essa que, obviamente, não aparece no banner de venda de um imóvel. O monumento que vimos pronto, construído, possui uma versão da história que o classifica como um monumento de catástrofe, um documento de barbárie, de extermínio (BENJAMIN, 1985).

Buscamos a partir de nossa pesquisa narrar a história vista debaixo, denunciando o problema social dos acidentes de trabalho como um caso de homicídio do capitalismo contra a classe trabalhadora mais simples, mas que não tem a atenção necessária da sociedade porque este problema não chega a ela, pois a mídia não leva esta informação e, quando leva, trata-se de um caso de maior amplitude que ganha atenção popular para ganhar dinheiro com a notícia.

Desta forma, concluímos nosso trabalho com a fala de um operário morto ao seu patrão, através da voz de Chico Buarque:

Pela fumaça e a desgraça, que a gente tem que tossir / Pelos andaimes pingentes que a gente tem que cair, Deus lhe pague / Pela mulher carpideira pra nos louvar e cuspir / E pelas moscas bicheiras a nos beijar e cobrir / E pela paz derradeira que enfim vai nos redimir, Deus lhe pague (Chico Buarque. *Construção*. 1971).

A ideia de entregar a Deus a justiça sugere-nos pensar que enquanto o mundo atende ao capitalismo, a justiça dos homens também estará curvada ao capital. Quantos casos de acidentes de trabalho, como decepções, ficam impunes? Seja pela justiça comum; ou porque o trabalhador volte a trabalhar machucado no outro dia porque tem uma família para alimentar e não pode esperar pela ineficiência do Estado em promover-lhe a assistência minimamente necessária; ou impune porque a esposa do operário que faleceu aceitou uma quantia ínfima para não levar o caso à justiça por ser ludibriada pelos advogados do patrão que se aproveitam da falta de instrução da mulher e de suas necessidades básicas de sobrevivência e de sua família.

E, por fim a partir do poema clássico *Perguntas de um trabalhador que lê*, de Bertold Brecht (s/d), trazemos para a reflexão o protagonismo dos trabalhadores na história, citando como exemplo as obras bonitas de Oscar Niemeyer. Estas não foi ele quem construiu, quem construiu foram os pedreiros, o prédio é bonito, todos babam pela obra de arte do pedreiro sem escolaridade que deixa sua assinatura na beleza verticalizada do “progresso” controverso.

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, José Otávio de.; ALVES, Gutierre Farias. *História do movimento ambiental paraibano: A luta contra os espigões na orla marítima de João Pessoa, no período de 1981 a 1989*. In: Revista Humanidades, v.30, n.2. Fortaleza, 2015.
- ALBERTI, Verena. *Histórias dentro da História*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- ALVES, Gutierre Farias. *História da Associação Paraibana Amigos da Natureza (APAN): Estratégias e lutas socioambientais em João Pessoa no período de 1978-1989*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande: UFCG, 2017.
- BARBOSA, Moaci Leal. *Processo de verticalização na cidade de Campina Grande-PB: Análise de questões sociais, econômicas e ambientais*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Unidade Acadêmica de História da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2008.
- BENJAMIN, Walter. *Gesammelte Schriften*, I, 3, (Notas preparatórias para as Teses). _____. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BONATES, Mariana Fialho. *Leis que (des)orientam o processo de verticalização. Transformações urbanas em Campina Grande à revelia da legislação urbanística*. La planificación territorial y el urbanismo desde el diálogo y laparticipación. Actas del XI Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Buenos Aires, 2-7 de mayo de 2010. Disponível em: <http://www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geo_bkp/geocritica2010/517.htm>. Acesso em 05 de janeiro de 2019.

- HAMILTON, Scott. *The crisis of theory: E. P. Thompson, the New Left and postwar British politics*. Manchester: Manchester University Press, 2011.
- HOBBSBAWM, Eric J. *Mundos do trabalho: Novos estudos sobre História operária*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades: Conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: UNESP, 1998.
- LÖWY, Michael. *A filosofia da história de Walter Benjamin*. In: Estudos avançados, v.16, n.45. São Paulo, 2002.
- MARSHALL, Leandro. *O jornalismo na era da publicidade*. São Paulo: Summus. 2003.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *A formação da classe operária inglesa: História e intervenção*. In: Revista Trabalho Necessário, ano 12, n.18, 2014.
- PEREIRA, William Eufrásio Nunes. *Reestruturação do setor industrial e transformação do espaço urbano de Campina Grande-PB a partir dos anos 1990*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2008.
- SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: No loop da montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. *O desgaste e a recuperação dos corpos para a capital: Acidentes de trabalho, precarionismo e reabilitação profissional durante a Ditadura Militar brasileira (1965-1985)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- _____. *A voz do passado: História oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *História oral e contemporaneidade*. In: História Oral, n. 5, p. 9-28, 2002.

Entre a cruz e a guerra: Discursos religiosos para a defesa de uma guerra “justa” no periódico “A esperança” sobre a Guerra do Paraguai (1864-1870)

Autor: Joana D’arc do Nascimento Lira
Universidade Federal de Campina Grande
E-mail: joana.lira16@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar os usos e discursos religiosos sobre a Guerra do Paraguai no jornal A Esperança, circulado na Paraíba durante a segunda metade do século XIX, buscando compreender de que forma Deus e Guerra estão em associação. Para tanto, utilizamos como referencial teórico-metodológico Chartier (1990), dialogando com seu conceito de representação; com Luca (2010), pensando a relação metodológica entre História e imprensa; e com Orlandi (1998; 2003) para trabalharmos com a metodologia de análise do discurso. As análises feitas nos apresentaram um lugar de poder da imprensa enquanto instrumento de pedagogização das massas, construindo uma versão sobre a Guerra atravessada de interesses e manipulação.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai; Imprensa; Paraíba; A Esperança.

Agradecimentos

Sem agradecimentos.

Introdução

A Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança perdurou de 1864 a 1870, sendo o conflito armado mais sangrento da América do Sul, tendo como protagonistas: Dom Pedro II, imperador brasileiro, e Francisco Solano López, general do Paraguai. A guerra se deu com a participação dos países Paraguai, Brasil, Argentina e Uruguai, a partir de interesses políticos e econômicos.

No final do século XIX e século XX diferentes interpretações acerca da Guerra do Paraguai foram sendo desenvolvido, como a historiografia tradicional, depois a revisionista e em seguida a neo- revisionista. Primeiro surgindo a análise personalista (tradicional) sobre o conflito, apresentando Francisco Solano López como sendo responsável e causador de toda a guerra, essa corrente por sua vez defendia a ação brasileira na guerra. Gomes (1966), em seu texto chama de “Guerra das quatro nações”, representando essa corrente mais tradicional; como também Pombo (1917), em sua obra “Nossa Pátria”.

Na década de 1960 temos a corrente historiográfica revisionista, que ocupa um espaço na historiografia sobre o tema, esta corrente sugeria fazer uma revisão sobre a guerra, desconstruindo a imagem de Solano López, assim ele não era, mais o responsável pelos ocorridos da guerra, passando a responsabilizar o Brasil pelo início da guerra sob a manipulação dos interesses do império britânico. O historiador Pomer (1984) em sua obra “Paraguai: Nossa guerra contra esse soldado” e Chiavenatto (1984) em sua obra “Genocídio Americano: A guerra do Paraguai” compactua com a mesma tese responsabilizando a Inglaterra pelo conflito.

Mas recentemente a historiografia neo- revisionista, temos Francisco Doratioto, com sua obra “Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai” (2002), vendo a guerra como fruto das contradições platinas e da consolidação dos Estados Nacionais na região, assim compreendendo a Guerra do Paraguai a partir da dinâmica política e social de cada um dos países envolvidos e as relações de interesse entre esses países.

A partir destes clássicos a respeito do tema, o número de trabalhos acadêmicos cresceu de modo a se tornar praticamente impossível mapear toda a produção sobre o tema, como trabalhos que falam sobre as representações iconográficas da guerra, sobre a guerra na literatura e nas correspondências, sobre negros, índios e mulheres na guerra, sobre as consequências socioeconômicas da guerra para os países envolvidos, sobre a participação de

estados brasileiros na guerra a partir do recrutamento militar, voluntário e forçado, sobre as doenças e cotidiano médico na guerra, representações cinematográficas sobre a guerra, abastecimento militar, sobretudo nos limites da História Econômica, sobre a Guerra do Paraguai no ensino de História e manuais didáticos, sobre as várias versões da guerra e sobre o contexto brasileiro pré-guerra, como análises sobre a política interna, externa e sobre a economia brasileira enquanto pontos de partida do conflito.

No entanto, apresentamos também alguns trabalhos que se inserem no campo em que temos interesse, o campo das representações sobre a Guerra do Paraguai na imprensa, nos limites da História. Neste sentido, citamos os trabalhos de Paiva (2012), que pesquisou sobre a imprensa brasileira nos campos de batalha da guerra; de Silveira (1996), que pesquisou sobre as representações de Solano López na imprensa ilustrada da Corte, analisando a caricatura como uma arma de guerra; de Reis (2002), em sua pesquisa sobre o periódico *O Jequitinhonha* e suas representações sobre a guerra; de Junior (2015), que estudou o imaginário e as identidades produzidas nas caricaturas da imprensa ilustrada brasileira e paraguaia durante a guerra; de Lavarda (2009), em sua pesquisa sobre a iconografia da Guerra do Paraguai no periódico *Semana Ilustrada*; e o de Segatto (2017), que pesquisou as representações e os usos políticos da guerra e da ocupação do Paraguai na imprensa de Buenos Aires. Desta forma, nosso trabalho se insere neste campo historiográfico das representações construídas na imprensa, analisando as representações da guerra na imprensa paraibana.

Enquanto recorte, escolhemos o jornal *A Esperança*, editado em Recife e que circulava na Paraíba, em função deste possuir discursos religiosos enquanto ideais de sua produção. Portanto, este artigo analisa os usos e discursos religiosos sobre a Guerra do Paraguai neste jornal, buscando compreender de que forma Deus e Guerra estão em associação.

Enquanto referencial teórico metodológico, nos apropriamos do conceito de “representação”, de Chartier (1990); da relação entre história e imprensa proposta por Luca (2010); e da metodologia em análise do discurso, proposta por Orlandi (2003).

Para Chartier (1990), compreendemos que a imprensa é um espaço de disputa atravessado por um vasto campo de representações, projetadas a partir dos interesses ideológicos dos produtores. Para o referido autor, compreende-se

a representação como dando a ver uma coisa ausente, distinguindo o que representa e o que é representado, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou alguém. (...) A representação é um instrumento de conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por

uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele (CHARTIER, 1990, p. 20).

De acordo com o autor, o conceito de representação resulta de uma construção coletiva, determinada “pelos interesses de grupo que as forjam” (Ibidem, p. 17). Chartier (1990) ainda chama atenção para o fato de que estas “lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (Ibidem, p. 17).

Para Luca (2005), a imprensa enquanto fonte se apresenta enquanto uma reconstrução do passado,

o pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas. (...) Em síntese, os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir. (LUCA, 2005, p. 140, grifo no original).

Para a referida autora,

os jornais não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita (LUCA, 2005, p. 140).

Desta forma, o jornal atua politicamente, pedagogizando as massas e construindo olhares e versões parciais sobre um dado evento/tema. No entanto, estas massas letradas era pequena, tendo em vista o alto grau de analfabetismo no Brasil oitocentista, como explica a autora:

O caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção no espaço público caracterizaram a imprensa brasileira de grande parte do século XIX, que, é bom lembrar, contava com contingente diminuto de leitores, tendo em vista as altíssimas taxas de analfabetismo. Os aspectos comerciais da atividade eram secundários diante da tarefa de interpor-se nos debates e dar publicidade às propostas, ou seja, divulgá-las e torná-las conhecidas (LUCA, 2005, p.133-134).

Essa “defesa apaixonada” que a autora coloca se manteve muito presente em nossas análises, tendo em vista o caráter religioso do jornal analisado.

Vimos também que neste jogo de construção de representações ideológicas sobre objetos/temas na imprensa, a análise do discurso se apresenta enquanto uma metodologia promissora. Para Orlandi (1998, p. 16), “a mídia é lugar de interpretação, ela rege a interpretação para mobilizá-la” e, nesta luta de representações, o trabalho da ideologia é

produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência (...) a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer (ORLANDI 2003, p. 46).

Desse modo, de que forma esse jornal paraibano vai cobrir a Guerra do Paraguai? Que imagens esse jornal vai construir sobre a guerra e com base em quais interesses ideológicos?

Que o Deus justo dê a vitória ao bem

No segundo ano de guerra, em 7 de janeiro de 1865 o jornal começa a construir uma imagem sobre o Paraguai, na qual observamos:

O selvagem Paraguay commetteo uma grave offensa á dignidade e aos brios de nossa nação. Violando os tratados existentes, apoderou-se do vapor Marquez de Olinda, navio mercante, inteiramente desarmado, e no qual ia para Matto Grosso (A Esperança, 7/1/1865, grifo nosso).

Desta forma podemos perceber que o jornal constrói uma imagem de selvagem sobre o Paraguay, logo o ver como o responsável de todo o conflito causado pela guerra, construindo uma justificativa para a intervenção brasileira.

O jornal defende uma visão em que o Brasil se apresenta numa defensiva pacífica, conforme trecho: “Não almejamos a posse do selvagem e indômito Paraguay” (A Esperança, 18/2/1865). Na mesma publicação acrescenta, vejamos:

Depois de doze annos de paz, quando, graças ás nossas beneficinas instituições, começavamos a abeberar-nos desse ar puro e vivificante, que denuncia a saude moral dos povos, eis que apesar de tantas e tão repetidas provas de nossa moderação e disposições pacificas, somos constrangidos a empunhar as armas, a marchar aos combates para defender a mais justa, a mais santa das causas, a da honra e dignidade nacional, tão duramente offendida pelo barbaro paraguay e pelo ingrato oriental (A Esperança, 18/2/1865).

O posicionamento do jornal, nos levar a perceber também o patriotismo presente, no qual os levam a defender a pátria de forma leal, com amor devoção, identificação e total apoio as forças armadas de forma honrosa: “marchar aos combates para defender a mais justa, a mais santa das causas, a da honra e dignidade nacional” (A Esperança, 20/4/1865).

Conforme jornal apresenta:

[...] muitos moços das principaes famílias desta província: abandonando o lar domestico pelo campo da batalha, trocando os commodos da vida privada pelos perigos e azares da guerra, esse batalhão patriótico recebia nesse momento os testemunhos da mais viva gratidão [...] (A Esperança, 20/4/1865).

Observando a obra de Doratioto (2002), vimos que esta versão não condiz com a realidade, para o autor, o Brasil foi tão ofensivo quando os outros, pois cada país envolvido tinha interesses a zelar. Conforme Doratioto acrescenta: “Na verdade, atos de desprendimento pessoal, de bravura, de covardia ou de crueldade ocorreram em ambos os lados da guerra” (DORATIOTO, 2002, p. 18).

Acerca do conflito entre os países Doratioto (2002) afirma:

A Guerra do Paraguai foi fruto das contradições platinas, tendo como razão última à consolidação dos Estados nacionais na região. Essas contradições se cristalizaram em torno da Guerra Civil Uruguaia, iniciada com o apoio do governo argentino aos sublevados, na qual o Brasil interveio e o Paraguai também. Contudo, isso não significa que o conflito fosse a única saída para o difícil quadro regional. A guerra era uma das opções possíveis, que acabou por se concretizar, uma vez que interessava a todos os Estados envolvidos. Seus governantes, tendo por base informações parciais ou falsas do contexto platino e do inimigo potencial, anteviram um conflito rápido, no qual seus objetivos seriam alcançados com o menor custo possível. Aqui não há “bandidos” ou “mocinhos” como quer o revisionismo infantil, mas sim interesses (DORATIOTO, 2002, p. 93, grifo nosso).

Assim segundo Doratioto (2002), o pensamento do jornal que estamos analisando, como de historiografias tradicionais construídas acerca da Guerra do Paraguai, pode ser considerada como errônea, ou mesmo falaciosa, pois os países ao se envolverem na guerra tinham seus interesses a ser conquistados. Portanto, o jornal faz uma construção diante a representação da guerra pelo emocionalismo, se envolvendo, vendo seu país como o herói e pacífico, sendo obrigados a lutar por sua pátria: “Sua vista seja poderoso talisman que vos afervore nas fragoas do combate, e na fidelidade que ânímos valorosos e christãos devem a Deus, a seu rei e á sua pátria” (A Esperança, 20/4/1865).

O jornal além mostrar a força do patriotismo na guerra, também nessa guerra Deus está presente, assim formando todo um discurso religioso, no qual no conflito está acirrado entre o bem e o mal. Assim fazendo uma construção mostrando sempre o Brasil lutando para se defender por sua pátria, sendo do lado do bem e guiado pelos preceitos de Deus, sendo, portanto, o Paraguai o ruim, o lado do mal. Vejamos essa representação religiosa em que o jornal nos apresenta: “[...] Povo eminentemente catholico, e por isto justo e brando, o povo

brazileiro repelle as conquistas, elle o amigo da independencia e regeneração dos povos” (A Esperança, 18/2/1865).

A religião, junto dos preceitos de Deus tornava o Brasil uma nação de conquistas e vitórias, diferentemente do Paraguai, no qual vem sendo apresentado como o terror da nação, o responsável por uma guerra tão sanguinária. Pois ser guiado pela vontade de Deus era algo que não poderia ser esquecido, porque sem a orientação dos deuses nada iria sair como queriam. Deus vem sendo apresentado como o protetor do bem, só através dele que as conquistas seriam plenas, vejamos: “[...] nada empreendiam sem a consulta e os bons auspícios dos Deuses, os seus penates andavam sempre por diante ou na paz ou na guerra, e eram d’elles inseparáveis” (A Esperança, 25/4/1865).

Segundo o discurso religioso construído pelo jornal, essa relação entre religião e guerra estava interligada, pois para a guerra obter um triunfo dependeria unicamente de Deus, logo, o modelo de bem e mal estava presente. Logo, para o jornal, o Deus deveria estar acima de tudo, até mesmo da pátria, e com essa união se tornaria mais forte o seu exército. Observem:

É de Deus, senhor e só de Deus que depende a sorte da guerra. Era elle que ensinava ao mais bellicoso rei de Israel o manejo das armas. [...] Deus de paz e de brandura, que sopesa em sua dextra onnipotente as obras da criação, mas que se apraz também de ser chamado o Senhor Deus dos exércitos (A Esperança, 20/4/1865).

Este jornal mostra como Deus e Guerra estão em associações, pois um depende do outro. Encontramos em uma grande parte da escrita deste jornal a citação de Deus e a sua importância para com a guerra, e proteção dos guerreiros. Sempre mostrando Deus protegendo o bem (Brasil e aliados) enquanto o Paraguai seria o mal, sendo assim, Deus estaria do lado do bem:

O deus dos Exercitos proteja esses novos cruzados, e em breve, heroes e vencedores de Humaitá e d’Assunção, regressem elles aos pátrios lares para, de seus concidadãos agradecidos, receberem as palmas do triumpho (A Esperança, 24/07/1865).

O jornal sempre construindo a imagem do Paraguai, como selvagem, o bárbaro, logo deixando explicito que não era neutro e tinham um lado a defender que seria o Brasil, assim em meio do seu noticiário, roga a Rainha dos céus e a Deus por proteção aos soldados em combate pela pátria, pois lutam de forma honrosa. Vejam:

Neste mez abençoado, que celebramos em honra da Rainha dos Céos, dirijamos-lhe uma supplica fervorosa pelo bravo exercito brasileiro, que nos campos da guerra pugna generosamente pelos nossos direitos offendidos, e esforça-se em vingar os brios nacionaes menosprezados. Enquanto os nossos bravos pelejam e defendem o sagrado territorio da pátria, reunamo-nos nos Templos do Senhor a sustenta-los com as nossas

orações, como outr'ora Moysés no alto da mantanha, quando o povo de Deus combatia contra os exércitos de Amalec (Exod., cap. 17, v. 11): e, colocando-os debaixo da proteção da Soberana dos Céus e da terra,, santifiquemos também as nossas almas, aproveitando-nos dos inapreciáveis thesouros da Igreja, abertos neste mez e do presente Jubillêo, que podeis lucrar ao mesmo tempo (A Esperança, 13/7/1865).

Considerações finais

Portanto, no decorrer da pesquisa neste jornal, pudemos observar e perceber a construção da imagem no qual o jornal monta. Mostrando o Paraguai como causador de toda a guerra, deixando a Tríplice Aliança, principalmente o Brasil, isenta da culpa. O jornal, portanto, também traz um discurso religioso, assim colocando Deus e a Guerra, em uma constante associação, pois segundo o jornal, o Deus e Guerra estão interligados, assim mostrando o bem e o mal, ou seja, o Brasil representando o lado do bem, assim combatendo o mal, que seria o Paraguai.

Fontes:

Jornal A Esperança (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

Referências Bibliográficas

- CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio Americano: A guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasilense, 1984.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai*. 2002.
- GOMES, Luiz Souza. *América Latina: Seus aspectos, sua história, seus problemas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966 (1.ed. em 1961).
- JUNIOR, Arnaldo Lucas Pires. *A imprensa em guerra: O imaginário e as identidades produzidas nas caricaturas da imprensa ilustrada brasileira e paraguaia durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.
- LAVARDA, Marcus Túlio Borowski. *A iconografia da Guerra do Paraguai e o periódico Semana Ilustrada, 1865-1870: Um discurso visual*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2009.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. *Análise de discurso: Princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2003.
- PAIVA, Edgley Pereira de. Guerra na imprensa ou imprensa de guerra? Entre editores, fotógrafos e correspondentes de guerra: A imprensa brasileira nos campos de batalha da

- Guerra do Paraguai.' Dissertação de Mestrado em História. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.
- POMBO, Rocha. *Nossa Pátria*. São Paulo: Melhoramentos, 1917.
- POMER, Léon. *Paraguai: Nossa guerra contra esse soldado*. São Paulo: Global, 1984.
- REIS, Maria de Lourdes Costa Dias. *Imprensa em tempo de guerra: O Jequitinhonha e a Guerra do Paraguai*. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.
- SEGATTO, Bruno Felix. *Aquí está el Brasil sin careta: Representações e usos políticos da guerra e da ocupação do Paraguai na imprensa de Buenos Aires, 1870-1876*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.
- SILVEIRA, Mauro César. *Solano López na mira da imprensa ilustrada da Corte: A caricatura como arma na guerra contra o Paraguai*. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1996.

A Denúncia de Noam Chomsky: A engrenagem mortífera do Neoliberalismo em *O fim do sonho americano* (2015)

Autor: Felipe Cardoso de Souza
Universidade Federal de Campina Grande
E-mail: felipe.cardoso@estudante.ufcg.edu.br

CHOMSKY, Noam. *O fim do sonho americano*. Filme-documentário, 71 minutos, colorido. Dirigido por Peter Hutchison, Kelly Nyks e Jarred P. Scott. PF Pictures: Estados Unidos da América, 2015.

Nascido em 1928, Noam Chomsky é um linguista e filósofo norte-americano e um dos maiores críticos da política interna e externa dos Estados Unidos da América. Atualmente é professor de Linguística no Instituto de Tecnologia de Massachusetts e um dos intelectuais de esquerda mais influentes do mundo.

O trabalho o qual objetivamos resenhar trata-se do filme-documentário *O fim do sonho americano*, em que três diretores norte-americanos reuniram uma série de entrevistas realizadas com Noam Chomsky e as transformaram em um filme-documentário, em que foi dado à sua fala e à sua fisionomia sons, imagens e efeitos que compõem a linguagem e a estética cinematográfica.

Exibido em 2015, o filme trata de uma discussão sobre como a concentração de riqueza e poder nos Estados Unidos para uma pequena elite dividiu a sociedade americana, provocando um declínio da classe média e graves sintomas sociais. Uma das gêneses do problema, para Chomsky, consiste na desigualdade social, em que uma pequena parcela da sociedade possui a maior parte das riquezas e uma maioria esmagadora da sociedade vive nos limites da linha da pobreza.

A pergunta geradora do linguista e filósofo é “como se dá a engrenagem deste problema?”. Chomsky parte das eleições políticas, dispositivo democrático de qualquer Estado democrático de Direito; neste sentido, o problema começa com o financiamento privado dos candidatos a pleitearem uma ocupação pública, sugerindo a ideia de quando se une o público

ao privado. A partir de então, o político que toma posse se insere automaticamente em uma política corporativista, em que os interesses a serem votados e legislados são os interesses dos financiadores da campanha, impactando, inclusive e principalmente, nas leis (dispositivo que subjuga toda a sociedade).

Neste sentido, de forma cumulativa a sociedade vai se desenvolvendo sob essa política corporativista e, junto à essa política, os problemas sociais (o que chamamos de sintomas): A pressão da parte de baixo da sociedade por uma política que atenda às suas necessidades, camada esta que é a grande maioria da sociedade, vítima desta política corporativista que produz e retroalimenta a desigualdade social no país.

A resposta se dá na parte de cima da sociedade: os mais ricos que têm a classe política enquanto guardiões dos seus interesses, que se traduzem em manutenção de poder. Neste sentido, diante de um quadro mais grave de manifestações sociais, o Estado faz uso de um discurso de “excesso de democracia” para usar da força, impressa nas instituições de garantia da lei e da ordem, a exemplo maior da Política Militar e Exército. Este uso da força serve enquanto garantia da manutenção dos interesses dos mais ricos (pequena minoria), e, de controle sobre as camadas mais baixas da sociedade, vítimas deste poder predatório.

Chomsky destaca outro elemento que garante o controle dos mais ricos sobre os mais pobres e a manutenção de poder destes primeiros: o mercado de trabalho, que serve. Neste sentido, a criação de um pseudodiscurso de crise, associado ao desemprego produzido por uma política neoliberal, geram rumores de demissão, produzindo insegurança nos trabalhadores, que tem em mente que pode ser substituído por um “exército” de desempregados e que agora terá que se submeter a quaisquer normas impostas pelo patrão para garantir seu emprego.

O autor defende que este mecanismo favorece o patrão, uma vez que diante destas condições, este pode manipular a faixa salarial e direitos trabalhistas ao seu interesse, controlar carga horária de modo que gere mais lucro para o patrão e, dentro deste contexto, enfraquecer as forças sindicais (o que é característico de um sistema neoliberal). Portanto, o autor começa a esboçar um mecanismo em que a classe patronal vai covardemente subordinando o trabalhador aos seus interesses, tendo como um de seus braços o Estado, que exerce uma relação de poder sobre toda a população.

A respeito das pseudocrises, Chomsky defende que se um dinheiro é injetado em um lugar é porque este saiu de outro. Neste sentido, diante desta engrenagem em que os mais

ricos mandam, o autor sugere pensar sobre a quem o sistema financeiro atende, mas não somente o sistema financeiro, mas este em conjunto aos demais setores públicos que exercem uma relação de força e poder sobre toda a população, do mais rico ao mais pobre.

Estas análises, conforme mencionado, foram feitas sobre os Estados Unidos, que, para Chomsky, produziu uma sociedade em que os ricos ficam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres, sempre a partir desta engrenagem que garante estes resultados. A exemplo demonstrativo, Chomsky destaca o lugar dos impostos, em que estes são destinados majoritariamente aos mais pobres, que, neste sentido, indiretamente financiam a desigualdade social e a concentração de renda.

Abordando sobre o Estado neoliberal, o autor destaca que este quadro intencionalmente produzido, de tensões e sufocamentos, é apresentado pelo neoliberalismo como uma alternativa para o indivíduo confiar em si mesmo e não no Estado, quanto na verdade, a raiz do problema está na política corporativista deste, produzindo e vendendo uma ideia de “meritocracia”, que na prática coloca cochinhos contra velocistas recordistas para competirem na mesma pista.

Diante deste quadro de análises, Chomsky faz uma brilhante conclusão, de esperança, apontando uma saída. Para o autor, esta classe mais baixa e oprimida da sociedade é na verdade o coração das mudanças, por ser a esmagadora maioria. Desta feita, tudo que conquistamos positivamente em termos de sociedade se deve a muito sangue derramado dessa classe da sociedade, de pessoas desconhecidas, cujos nomes não estão escritos nas Histórias oficiais. Neste sentido, a saída para este grave problema está na luta de classes, no ativismo, que, para o autor, é o motor da História. Chomsky acredita que as coisas mudam se a sociedade se levantar.

Nos limites de uma resenha, concluo esse texto o assinando e recomendando essa belíssima obra, que nos traz conexões com todas as sociedades capitalistas que se identificam com esses problemas. Considerando que a análise de Chomsky se recorta para os Estados Unidos, consideramos uma análise a nível global das mazelas que o capitalismo e o neoliberalismo produzem nas sociedades e contra as classes mais pobres e desvalidas.

ENTREVISTA

com **José Otávio Aguiar**



Autor e coautor em diversos livros e artigos, entre os quais se inclui a biografia publicada de um oficial napoleônico no Brasil, o francês Guido Thomaz Marlière (1767-1836), José Otávio Aguiar é mineiro de Ubá. Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1999) e Doutorado em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003). Realizou pesquisa de Pós-Doutoramento no Programa de Pós em História da Universidade Federal de Pernambuco entre 2009 e 2010, estudando a obra botânica do naturalista paraibano Manuel Arruda da Câmara (1752-1811). Atualmente é Professor Efetivo, Associado 4, com regime de Dedicação Exclusiva da Universidade Federal de Campina Grande/PB, onde leciona na Graduação, bem como nos Programas de Pós-Graduação em História (Mestrado) e em Recursos Naturais (Mestrado e Doutorado Interdisciplinares). Acumula experiência de pesquisa e publicação nas áreas de História Ambiental, História da Biologia, Etnobiologia e História Indígena, História do Brasil Império, História do Brasil Colônia, História do Brasil Contemporâneo e história das recepções culturais religiosas e marciais japonesas e chinesas no Brasil. Foi Bolsista de Produtividade e Pesquisador do CNPQ nível 2, entre os anos de vigência de 2012 e 2015. Entre agosto de 2015 e junho de 2016 foi pesquisador e bolsista de Pós-Doutoramento da CAPES, num convênio PROCAD entre a PUC de São Paulo, a UFCG e a Federal do Amazonas, estudando história ambiental, movimentos sociais e ambientalistas, mundos do trabalho e verticalizações urbanas <https://www.histprocad.pro.br/pesquisadores/>. Compôs e compõe diversos conselhos editoriais, como o da Revista História Hoje, da ANPUH. É vice-editor da Revista Minemosine e membro do Conselho Consultivo Nacional da Revista História, da Unesp de Assis - SP. Entre abril de 2017 e julho do mesmo ano, coordenou, interinamente, o Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da UFCG (Mestrado e Doutorado) situado na área de Ciências Ambientais. É pesquisador do projeto histórico-documental de âmbito nacional, Catálogo Geral de Documentos de História Indígena e Escravidão Negra no Brasil financiado pelo Edital da Petrobrás Cultural. Coordena, juntamente com a professora Juciene Ricarte Apolinário, o Grupo de Estudos em História, Meio Ambiente e Questões Étnicas registrado no CNPQ desde 2006. Como Pesquisador e membro do Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assinou, em 2017, um acordo de colaboração interinstitucional entre a UFCG e o Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar (CHAM) Universidade Nova de Lisboa, PT, e também, com a Universidade Pablo de Olavide, em Sevilha, Espanha. Desde o início de 2020, coordena o Programa de Pós-Graduação em História da UFCG e é Bolsista de Produtividade do CNPQ, nível II, Grande Área de Ciências Ambientais, subárea de História do Brasil.

HOMOS - Poderia nos falar sobre suas origens, familiares e culturais?

Sim. Sou mineiro de Ubá, na Zona da Mata Central de Minas Gerais. Sou filho de uma professora da rede estadual de Minas que me criou, corajosamente, como mãe solteira, ao lado de um dedicado avô materno. Com este avô, percorria na infância as matas da região e ouvia histórias e estórias. Com minha mãe adquiri o gosto pela literatura e pela história. Aos 14 anos me mudei para Belo Horizonte. Lá, terminei os meus estudos e vivi por mais tempo, fazendo amizades e conhecendo mais da vida.

HOMOS - Onde o senhor fez seus estudos?

Na infância, estudei em diversos colégios estaduais, em Ubá e em Belo Horizonte. Fiz a Graduação na PUC – Minas, o Mestrado e o Doutorado na UFMG.

HOMOS - Por que História?

Considero a história o saber humano mais integrativo entre os demais, e, por esta razão mesma, sua capacidade explicativa me encantou.

HOMOS - O que estimulou o senhor a mudar da História da Igreja Católica para o estudo de viajantes?

Eu fui aluno da PUC-Minas na Graduação em História, havia um projeto chamado “Catolicismo no Brasil Contemporâneo, da politização dos anos 1960 à espiritualização dos anos 1990.” Eu era estagiário Pibic financiado pela FAPEMIG sob orientação da Profa. Lucília de Almeida Neves Delgado, que se tornou uma referência profissional e humana na minha carreira. Meus estudos na época sobre a atuação de Igreja Católica Progressista foram ligados a este projeto, e a monografia de fim de curso também decorreu dele. Entretanto, meu encanto historiográfico já me levava para a história da Biologia. Sempre fui apaixonado por botânica e zoologia e pela história dessas disciplinas. Em acréscimo, sempre preferi temas ligados aos séculos XVIII e XIX. Desde meados da Graduação na PUC, embora me dedicasse a projetos das equipes de pesquisa em que me engajava, todos eles ligados a história oral e à pesquisa com periódicos, preparava minha pesquisa sobre Guido Thomaz Marlière, os índios, as matas, os naturalistas. Graças a isso e a ajuda de muitos leitores de meus escritos, professores inesquecíveis passei no Mestrado da UFMG em 1999, já me dedicando aos meus temas de predileção. Na UFMG fui orientado por Regina Horta Duarte que me conquistou para os temas de História Ambiental. Com ela fui do Mestrado ao Doutorado, defendido em 2003.

HOMOS - Como se desenvolveu inicialmente sua relação com a História Ambiental?

Durante o Mestrado e o Doutorado pude me dedicar à minha maior paixão a época, a história de Minas Gerais. Conheci colegas como Francis Albert Cotta e Leandro Pena Catão que me ensinaram muitos caminhos de fontes. Professores como Carla Maria Junho Anastasia, Adriana Romeiro e Júnia Furtado me encantaram com suas maravilhosas aulas e escritos. Regina Horta Duarte, como suas aulas e escritos instigantes, com suas leituras e sugestões provocativas me apresentou à história ambiental. Os escritos de Warren Dean inspiraram minhas primeiras interrogações sobre os temas que depois pautaram minha escrita.

HOMOS - Você, hoje, é um dos nomes atuantes da História Ambiental no Nordeste propriamente falando. Mas o que é, para você, História Ambiental?

Fico feliz em poder, dentro de minhas limitações, contribuir, ainda que localmente, para a discussão dos temas de história ambiental. Em Minas Gerais, quando professor da PUC-Minas, introduzi o tema no Curso de Relações Internacionais. Lá também, na Estácio de Sá, influenciei a inclusão de disciplinas de História Ambiental nos cursos de Turismo e Gastronomia, como parte do currículo de História da Alimentação. Em Campina Grande, na UFCG onde fui admitido por concurso em 2005, fui pioneiro e fundei em 2006 um grupo de estudos chamado "História, Meio Ambiente e Questões Étnicas", ao qual se juntou em 2007 a grande amiga e colega Juciene Ricarte Apolinário. Ambos nos dedicamos também à História Indígena e a interação tem sido excelente. Por convite e influência de Juciene começamos um acordo de colaboração com universidades na Espanha, em Portugal e na França e assinamos iniciativas conjuntas em diversos campos. Ministrar, semestralmente, disciplinas de História Ambiental na Graduação e na Pós. Desde 2007 sou professor e pesquisador vinculado ao Programa de Mestrado e Doutorado em Recursos Naturais da UFCG, na área de Ciências Ambientais. Em ambos os programas somados, História e Recursos Naturais, já orientei 11 dissertações de Mestrado e cinco Teses de Doutorado com temas de História Ambiental. Todos os anos, a mais de uma década, aprovamos projetos PIBIC com o tema. Tenho ex-orientandos no Instituto do Semiárido, no Museu Britânico, na Rede Estadual Paraibana, nos colégios particulares, etc. Já fui pesquisador do CNPQ na área de História do Brasil com temas de História Ambiental e hoje, na atual vigência da bolsa, o sou na Área de Ciências Ambientais. Sou dos poucos pesquisadores da área de História a ter bolsa nessa área interdisciplinar.

Escrevo, com frequência, em coautoria com biólogos e geógrafos, tenho interesse nessa interação colaborativa entre os saberes. Pesquisas botânicas e taxonômicas me encantam. Para mim a História Ambiental é um campo temático muito rico por conseguir ampliar a discussão historiográfica em direção ao diálogo com outras ciências, tais quais as biológicas e físicas. Saberes explicativos não sobrevivem bem no isolamento e não prosperam em sua tarefa de explicar se se restringirem aos seus métodos. Cada tradição intelectual se especializou em explorar paradigmas que são, com frequência, “pontos cegos” em outras formas de percepção cultural da natureza. A história ambiental nos recorda que temos um corpo análogo ao das demais espécies, que nossa história é um pequeno interregno na história do planeta, nos demonstra que a natureza também pode ser sujeito nos processos históricos. Ela nos tira do paradigma antropocêntrico e destrói nossa ilusão de imunidade.

HOMOS - Frequente observarmos assuntos como as queimadas na região Norte, em especial na Floresta Amazônica, a tomada do Cerrado pelos latifúndios do agronegócio, e até mesmo o fortalecimento de pseudociências que negam o aquecimento global. Nesse contexto, como você observa o diálogo entre o campo da História Ambiental com a sociedade? Consegue enxergar alguma mudança significativa nos últimos anos? A forma de dialogar e de escrever a História Ambiental é outra?

Acredito que a história ambiental consegue fazer a crítica desses movimentos de forma muito mais arguta e lúcida do que faz o jornalismo de primeira hora, inclusive, aquele que se dedica a divulgação de ciência. Eu presumo, também, que, hoje, especialmente no Brasil, a História Ambiental que fazemos difere significativamente da que era produzida nos EUA nos anos 1970 e 1980. Fazemos, com frequência, estudos de pretensão explicativa mais reduzida, nossos recortes espaciais e temporais tendem a ser menores. Isso se dá, a meu ver, pelas razões mais variadas, entre as quais incluo desde a influência de outras correntes teóricas ou metodológicas afetas aos micro recortes até a falta de recursos para prospecções e análises comparativas mais amplas ou a falta de tradição de trabalho interdisciplinar com saberes como o da Botânica, da Zoologia e da Climatologia (e paleoclimatologia), dentre outros. Mesmo em campos como a Etnohistória indígena, nos quais o diálogo com a arqueologia, por exemplo, seria desejável, nossos esforços nacionais carecem de suficiente incentivo e financiamento.

HOMOS – Sabemos que a natureza não é algo inanimado, sem ação, sempre há manifestações que provocam sérias rupturas na forma como lidamos e nos relacionamos como ela. Como você, um historiador ambiental, tem entendido a Covid-19?

A Covid 19, Pandemia que afeta hoje a humanidade é comparável a outras, mas, também tem suas especificidades. Na minha casa, todos contraímos a doença e dela nos recuperamos, não sem sequelas que duraram meses. No meu caso individual e na experiência da história vivida dos homens as doenças, desastres humanitários surgidos da forma de gestão de eventos naturais, terremotos, etc., nos recordam de nossa vulnerabilidade orgânica análoga a de diversas outras formas de vida. O que me parece novidade é que, agora, as razões antrópicas da circulação de vírus e bactérias, sua transmissão e circulação me parecem mais perceptíveis para além dos círculos acadêmicos, não obstante a visibilidade alcançada pelos movimentos e respostas negacionistas. O professor Alfred Crosby, falecido a alguns anos, chamava a atenção para estes movimentos em diversas palestras e livros. Sua obra influenciou gerações de trabalhos sobre História Ambiental e Pandemias. Temas deste campo de discussão, são, não obstante, no Brasil, discutidos por áreas muito variadas para além dos campos da História Ambiental. No campo das iniciativas historiográficas, percebo que há, no Brasil, uma História da Saúde e da Doença, uma História da Ciência e da Técnica, uma História da Biologia, etc. Médicos e biólogos também fundaram de forma independente, associações para discutirem a história do seu campo de saber e há periódicos temáticos que historicam em cada uma dessas áreas, por vezes, até, sem a colaboração de historiadores acadêmicos. Os trabalhos de Stefan Cunha Ujivari e de Maria Elice Berzezinsky Prestes são bons exemplos disso.

HOMOS – Apesar de não ser tão debatido, a Gripe Espanhola no início do século XX provocou não só temor no Sudeste, mas também em vários estados do Nordeste. Você acha que há um desafio no campo da História Ambiental em desconectar a História nacional do eixo Sul-Sudeste? Acredita que eventos como o da Covid-19 no Brasil vai permanecer sendo associado a áreas mais localizadas no Brasil como São Paulo ou os estados do Nordeste podem ser potencial recortes para futuras pesquisas?

Há uma tradição de relacionar a história do Sudeste a história nacional e a história do Nordeste, do Norte e do Sul à História Regional que precisa ser revertida, e, tenho falado disso em diversas ocasiões. Percebo, também, um notável desconhecimento dos historiadores do Sudeste em relação às particularidades fitogeográficas, étnicas e culturais da Região Nordeste. A Caatinga é equivocadamente presumida como um bioma uniforme, e, ecótonos como os do Brejo de Altitude e dos Agrestes são absolutamente desconsiderados. Em razão dessas desconsiderações e ausências de investimento em pesquisa no Nordeste Interior, acredito, essa região será a nova descoberta da historiografia ambiental brasileira. Para mim resulta interessante pensar que, no início do século XX no Brasil se fazia revoltas para não se vacinar. Hoje faltam vacinas para crianças e as mães protestam por esse crônico atraso no envio das mais básicas medicações de prevenção. Isso, entretanto, infelizmente, não impede que haja grupos negacionistas e obscurantismos de todos os matizes, vindos, inclusive, de grupos econômicos que teriam acesso, caso tivessem interesse, à informação científica séria. Existe um negacionismo sofista e intelectualizado, sínico em sua retórica e perverso em seus objetivos, inclusive os políticos. Acho que os professores de história têm um compromisso de ensinar mais sobre a Gripe Espanhola, sua mobilidade à época, seus deslocamentos no Brasil e no Mundo, sua enorme morbidade. Quando estudamos o passado podemos compreender necessidades de prevenção presentes. A gripe impactou de tal forma a Faculdade de Medicina de São Paulo que foi necessário adiar em um ano a formatura já que toda uma geração de médicos residentes havia falecido em campo. O influenza continua entre nós e tem grande capacidade de mutação, o que, talvez afortunadamente, não parece ser o caso do Coronavírus, outro hóspede que veio para ficar. Cidades grandes demais raramente são saudáveis. Reúnem muita gente, consomem muitos recursos, são muito desiguais, tudo isso favorece pandemias. O êxodo rural a redução das áreas verdes, a poluição dos ares e das águas, tudo isso contribui para que o cenário seja ainda mais propício a insalubridade. O aquecimento global tem a potencialidade de liberar vírus e bactérias com as quais não temos histórico recente de convivência. Tudo isso é preocupante. Historiadores como Warren Dean, Alfred Crosby, Stephen J. Pyne falaram disso nos anos de 1970 e 1980.

HOMOS – O senhor acredita que o olhar dos historiadores brasileiros após essa pandemia se voltará para outros acontecimentos semelhantes, mas em escalas mais próximas, tais como a Dengue, Zika e Febre amarela?

Acho que isso já tem ocorrido. Oriente, na atualidade, uma Tese de Doutorado sobre arboviroses em Campina Grande. Nos simpósios da ANPUH passados a tônica girava em torno de “História Ambiental e desastres.” A ordem do dia eram as secas e as enchentes. Como dizia Mac Bloch, a História é filha do seu tempo. Quando o homem descobriu o tempo geológico da Terra, aproximadamente 4,5 bilhões de anos, igualmente descobriu que a presença humana era uma pequena nota de rodapé da última página do livro da vida planetária. Pra mim, a História Ambiental é a consciência historiográfica disso.

